

ESCOLA DE HUMANIDADES
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: BACHARELADO

KAROLINE DE SOUZA MERENCIO

MULHERES E FAMÍLIAS POLÍTICAS: AS CAMPANHAS ELEITORAIS DAS
CANDIDATAS DE ESQUERDA ELEITAS PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO
GRANDE DO SUL EM 2018

Porto Alegre

2019

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

KAROLINE DE SOUZA MERENCIO

MULHERES E FAMÍLIAS POLÍTICAS:

**As campanhas eleitorais das candidatas de esquerda eleitas para Assembleia
Legislativa do Rio Grande do Sul em 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Serviço da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre

2019

KAROLINE DE SOUZA MERENCIO

MULHERES E FAMÍLIAS POLÍTICAS: As campanhas eleitorais das candidatas de esquerda eleitas para Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Serviço da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 25 de Novembro de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Dr.^a Teresa Cristina Schneider Marques

Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira

Me. Taiane Bringhenti

Porto Alegre

2019

Dedico este trabalho aos meus pais, por todo apoio e suporte que me deram para que eu pudesse alcançar os meus objetivos, e a minha avó, que é a minha estrela mais brilhante do céu

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, por todo apoio e esforço que fizeram para que eu pudesse alcançar os meus objetivos, sem eles nada disso seria possível, e também, a todas as pessoas que me ajudaram e contribuíram para que esse trabalho fosse realizado. Agradeço a todos os professores do Curso de Ciências Sociais da Pucrs, que contribuíram para o meu aprendizado, em especial a minha orientadora, Prof^a Teresa Cristina Schneider Marques, por todo o apoio, ensinamentos e paciência com as minhas dificuldades e dúvidas durante a realização da monografia. Agradeço também a Pucrs, pela estrutura disponibilizada, pela qualidade do curso de Ciências Sociais, pelo apoio que a biblioteca disponibiliza para as dúvidas com a monografia, em especial a funcionária Marta que foi sempre muito atenciosa comigo.

Por fim, agradeço a oportunidade de ter realizado uma bolsa de pesquisa CNPQ, por meio do convite do professor Emil Sobottka. A oportunidade de realizar a bolsa foi de grande relevância para o meu aprendizado e para minhas realizações futuras. Ressalto a importância das bolsas de pesquisas para a construção do saber durante a trajetória acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho tem, como objetivo, compreender as diferentes formas de mobilização do capital político familiar por mulheres atuantes na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O foco recaiu sobre as candidatas de esquerda oriundas de famílias políticas e suas campanhas eleitorais em 2018. Busca-se entender de que maneira chegaram a este campo, que ainda hoje é dominado pelos homens, e de que forma o capital político familiar herdado foi mobilizado no pleito de 2018. Inicialmente, o trabalho aborda os conceitos de Pierre Bourdieu nos quais se baseia a análise, a saber: campo, capital e habitus. Através de tais conceitos aborda as contribuições teóricas de Bourdieu para refletir sobre famílias políticas, capital político, mulheres e feminismo. Posteriormente, analisa os dados disponíveis sobre as candidatas e mobilizações de mulheres durante as eleições de 2018, fazendo um breve levantamento histórico sobre as ondas feministas e o crescimento global do conservadorismo para entender a crise política brasileira atual e o contexto das eleições de 2018. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, que consistiu na análise da carreira das deputadas eleitas oriundas destas famílias, a partir da análise dados biográficos disponibilizados nos sites oficiais e os materiais de campanhas utilizados no pleito eleitoral de 2018. Para realizar a análise das carreiras por meio da biografia disponível no site, foi utilizada uma abordagem qualitativa documental. Por sua vez, para analisar os materiais de campanha das deputadas, foi utilizada a metodologia de Iconografia e Iconologia. Com efeito, a pesquisa realizada indicou que o capital político herdado, no caso das mulheres, permite a sua entrada no campo político. Indicou ainda que, uma vez no campo, tal capital pode ser mobilizado de formas diferentes.

Palavras-chave: Mulheres na Política. Herança Política. Deputadas Estaduais. Famílias Políticas. Capital

ABSTRACT

The aim of this research is to understand the different ways in which family political capital can be mobilized by the women who are at the Rio Grande do Sul Legislative Assembly. The focus was on leftist candidates from political families and their election campaigns in 2018. The hope is to understand how they came to this field, which is still dominated by men today, and how inherited family political capital was mobilized in the 2018 campaign. Initially, the work addresses Pierre Bourdieu's concepts on which analysis, namely: field, capital and habitus. Through such concepts it approaches Bourdieu's theoretical contributions to reflect on political families, political capital, women and feminism. Then, it analyzes available data on women candidates and mobilizations during the 2018 elections, making a brief historical review of feminist waves and the global rise of conservatism to understand the current Brazilian political crisis and the context of the 2018 elections. Finally, we present the results of the research, which consisted in the career analysis of the elected deputies from these families, based on the analysis of biographical data available on the official websites and the campaign materials used in the 2018 election. Through the biography available on the site, a qualitative documentary approach was used. In turn, to analyze the campaign materials of the deputies, the methodology of Iconography and Iconology was used. Indeed, research has shown that inherited political capital, in the case of women, allows them to enter the political field. He also indicated that once in the field such capital can be mobilized in different ways.

Keywords: Women in politics. Political Inheritance. State deputies. Political families. Capital

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Conquistas importantes do feminismo no Brasil.....	80
QUADRO 2 – Conquistas importantes da população LGBT no Brasil, proporcionadas pela luta do feminismo	84
QUADRO 3 – Todos os candidatos eleitos para Deputado Estadual no Rio Grande do Sul nas eleições de 2018 por ordem de número de votos	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reconversão de capitais.....	20
Figura 2- Crise Política.....	44
Figura 3 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro.....	49
Figura 4 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro.....	49
Figura 5 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro.....	50
Figura 6 - Disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad no Rio Grande do Sul	50
Figura 7 - Eleições de 2018 no Rio Grande do Sul.....	51
Figura 8: Ideologia partidária das mulheres eleitas.....	52
Figura 9 - Campanha política de Luciana Genro	63
Figura 10 - Campanha Política de Luciana Genro.....	64
Figura 11 – Campanha Política de Luciana Genro	65
Figura 12 - Campanha Política de Juliana Brizola	66
Figura 13 - Campanha Política Juliana Brizola.....	67
Figura 14 - Campanha Política Juliana Brizola.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPITAL POLÍTICO E MULHERES.....	14
2.1 O CONCEITO DE CAMPO, CAPITAL E HABITUS EM PIERRE BOURDIEU ...	14
2.2 FAMÍLIAS POLÍTICAS E CAPITAL	21
2.3 MULHERES, FEMINISMO E CAPITAL POLÍTICO.....	24
3 AS MULHERES E AS ELEIÇÕES DE 2018	28
3.1 DA QUARTA ONDA DO FEMINISMO AO “FIM DO POLITICAMENTE CORRETO”.....	29
3.2 A ONDA CONSERVADORA NO BRASIL E NO MUNDO	34
3.3 A ATUAL CRISE POLÍTICA NO BRASIL	39
3.4 AS ELEIÇÕES DE 2018: BRASIL E RIO GRANDE DO SUL	46
4 AS MULHERES DE FAMÍLIAS POLÍTICAS NO RS E A CAMPANHA DE 2018	55
4.1 AS FAMÍLIAS GENRO E BRIZOLA.....	55
4.2 A CARREIRA POLÍTICA DAS DEPUTADAS EM ESTUDO	58
4.2.1 A carreira política de Luciana Genro através do seu site oficial	59
4.2.2 A carreira política de Juliana Brizola através de seu site oficial	61
4.3 ANÁLISE DOS MATERIAIS DE CAMPANHA DAS DEPUTADAS EM ESTUDO...	62
5 CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A.....	80

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, estudos apontam que é um traço característico na política a ocupação de cargos eletivos por pessoas da mesma família. Autores como Luiz Felipe Miguel, Igor Gastal Grill e Letícia Canêdo, debatem sobre o tema em seus estudos (MIGUEL, MARQUES, MACHADO, 2015, p. 28; GRILL, 2004. CANÊDO, 2011, p. 22). Luiz Felipe Miguel em seu artigo “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados”, trata de maneira sintética, sobre a herança familiar e a influência do capital herdado na trajetória política; Igor Gastal Grill, em seu artigo intitulado “As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes”, elucida sobre o parentesco na política, explicando a forma como o sobrenome “perpetua” no campo político; Letícia Canêdo no seu artigo “Um Capital Político Multiplicado no Trabalho Genealógico”, disserta a respeito da questão genealógica na transmissão do capital político. Porém, os estudos presentes sobre o tema, tratam com mais frequência do caso dos homens, sobre as mulheres pouco se sabe sobre como a herança política influência na trajetória política delas, e como elas internalizam isso, e se esse capital político herdado, é usado de forma a superar as barreiras que ainda existem na esfera política e utilizado nas estratégias de campanha das candidatas.

Os estudos, pesquisas, sobre a participação das mulheres na esfera política vem crescendo nas últimas décadas (COELHO, BAPTISTA, 2009, p. 15; NOREMBERG, ANTONELLO, 2016, p. 21). A lenta inserção das mulheres no conjunto dos indivíduos considerados cidadãos, a conquista das mulheres sobre os direitos políticos, a inserção feminina nos espaços privados e públicos, despertam o interesse sobre o tema. A questão de gênero é um campo de pesquisa que também foi se consolidando, juntamente com as transformações sociais, políticas e culturais. O que alavancou esse olhar mais detalhado sobre o espaço da mulher, pode-se dizer que foram os discursos feministas, conforme Bourdieu destaca em sua obra intitulada de A Dominação Masculina (1998).

Há muitos estudos sobre as mulheres na política, porém, se nota a falta de estudos mais aprofundados sobre o fator de herança política na trajetória daquelas mulheres que se destacam e conseguem se manter de maneira significativa em cargos políticos. Além disso, falta, uma análise mais detalhada sobre as campanhas

dessas mulheres, as estratégias utilizadas por elas e como elas mobilizam esse capital político. Sabemos que a esfera política, é majoritariamente masculina, misógina, e mesmo assim encontramos candidatas firmes nas bancadas e com trajetórias consistentes que inspiram o presente estudo que visa compreender se e como as mulheres mobilizam o capital político familiar em processos eleitorais.

Para tanto, é importante compreender o papel da mulher na democracia brasileira. Historicamente, mulheres são minoria. Um levantamento feito pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos mostra um pouco sobre como as mulheres ainda são minoria na esfera política:

Maioria entre a população e o eleitorado brasileiro, as mulheres ainda são minoria nos Executivos e Legislativos. Na Câmara dos Deputados, espaço com o maior número de parlamentares entre as casas legislativas, a presença feminina é de 10%. Dos 513 deputados, apenas 50 são mulheres. Na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, são três vereadoras do total de 23. O Legislativo caxiense, aliás, nunca teve mais do que três mulheres em suas legislaturas. Em 125 anos de história, completados neste ano, a Câmara teve 12 vereadoras, sendo 10 titulares e duas suplentes. No Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017, lançado em março, o Brasil ocupa o 115º lugar, ficando atrás de países como Afeganistão, Índia e Estados Unidos. Ruanda ocupa a primeira posição, seguida de Bolívia e Cuba (BEVILAQUA, 2017).

Todavia, faz-se necessário um olhar mais atento para os processos eleitorais mais recentes, sobretudo aqueles que ocorreram após o início da onda feminista em curso. De acordo com Fogliatto (2014), nas eleições parlamentares de 2014, houve uma diminuição no número de representantes do sexo feminino no estado do Rio Grande do Sul. Dos 55 deputados eleitos que foram eleitos na Assembleia, apenas sete são mulheres, duas mulheres eleitas a menos do que na legislatura passada. Na Câmara Federal, onde o Rio Grande do Sul possui 31 representantes, apenas a deputada Maria do Rosário (PT) foi eleita.

Já nas eleições de 2018, em relação a 2014, o número de candidatas eleitas se manteve no senado, mas houve um aumento das mulheres na Câmara e nas Assembleias. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Câmara houve um aumento de 51% no número de mulheres eleitas, o número passou de 51 para 77 candidatas. O que significa um aumento de 15% de mulheres na sua composição. Considerando os deputados estaduais, as mulheres são 15% dos eleitos. Foram 161 deputadas, um aumento de 35% em relação a 2014. Apesar do

aumento, alguns casos chamam a atenção: no Mato grosso do Sul, dos 24 deputados que foram eleitos, nenhum é mulher. Já no Rio Grande do Sul, houve um aumento nas eleições parlamentares em relação à última eleição, foram 12 deputadas estaduais e federais eleitas em 2018, estando três delas entre os 6 mais votados (VELASCO; OLIVEIRA, 2018).

Esses dados nos mostram a relevância do tema e o caráter particular do pleito eleitoral de 2018. Trata-se de um processo eleitoral marcado pela crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo impedimento à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT). Também foi marcado pela polarização que dividiu a população que se aglutinou em torno da demanda por renovação política e valores conservadores ou manutenção do projeto político do PT.

Diante de um contexto eleitoral marcado pelo aumento do conservadorismo e um discurso de renovação na política, a presente pesquisa tem como objeto de estudo as campanhas eleitorais para Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul das duas candidatas da esquerda eleitas que fazem parte de famílias gaúchas políticas no pleito de 2018. São elas: Luciana Genro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Juliana Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Interessa verificar se há um rompimento ou uma mobilização do capital político e familiar herdado por elas, uma vez que parte da esquerda (MADEIRA, 2011, p. 16) também assumiu o discurso de renovação política. Além disso, pretende-se compreender se nesse contexto eleitoral das eleições 2018, esse capital foi um capital político utilizado para atravessar as barreiras construídas pela sociedade, que tentam impedir a chegada de mulheres de diferentes classes sociais às bancadas de governança.

Tais problemas de pesquisa nos levaram às contribuições teóricas de Pierre Bourdieu. À luz dos conceitos de campo, habitus, capital e reconversão de capitais, objetiva-se analisar e abordar temáticas como herança política familiar, relação das mulheres com os capitais herdados em uma situação de crise política, marcada pelo crescimento do conservadorismo e da extrema-direita no Brasil.

Para tanto, optou-se por uma análise dos materiais de campanha a partir de métodos de pesquisa qualitativos. Foram selecionados materiais de duas naturezas distintas, a saber: o site oficial das deputadas (em especial, o seu histórico

peçoal) e os materiais visuais de campanha. Para qual, empregou-se uma técnica de análise específica. Os primeiros foram analisados por meio de uma abordagem qualitativa documental que tem o mérito de Campos (2015). Por sua vez, os segundos foram analisados por meio da iconologia e iconografia, que contribui ao Panofsky et al. (2002). Portanto, parte-se da compreensão de que as imagens desempenham um papel fundamental para a compreensão do processo político brasileiro e, em especial, do pleito eleitoral de 2018.

Os resultados dessa pesquisa são apresentados em três capítulos. O primeiro capítulo Capital Político e mulheres, aborda conceitos e teorias e está dividido em 3 partes: O conceito de campo, capital e habitus em Pierre Bourdieu; Famílias políticas e capital, e Mulheres, feminismo e capital político. Por sua vez, o segundo capítulo Mulheres e as eleições de 2018, faz um resgate histórico sobre o feminismo, conservadorismo para compreender a crise política e o contexto das eleições de 2018 e está dividido em 4 partes: Da quarta onda do feminismo ao “fim do politicamente correto”; A onda conservadora no Brasil e no Mundo; A atual crise política no Brasil, e As eleições de 2018: Brasil e Rio Grande do Sul. Por fim, o terceiro capítulo. As mulheres de famílias políticas no RS e a campanha de 2018, traz a análise e os resultados da pesquisa e está dividido em 5 partes: As famílias Genro e Brizola; A carreira política das deputadas em estudo; A carreira política de Luciana Genro através do seu site oficial; A carreira política de Juliana Brizola através de seu site oficial e Análise dos materiais de campanha das Deputadas em estudo.

Espera-se dessa forma oferecer uma contribuição para a compreensão da atuação política das mulheres no Brasil.

2 CAPITAL POLÍTICO E MULHERES

Pierre Bourdieu foi um grande sociólogo francês do século XX, tendo uma volumosa produção científica, destacando-se por propor uma crítica ao trabalho do sociólogo, conhecida como “Sociologia da Sociologia”. Se tornou referência em diversas áreas, como Antropologia, Sociologia, publicando trabalhos sobre diversos assuntos, como cultura, política, educação, literatura, arte, mídia (GASPARETTO, 2014). Entre as suas publicações de maior destaque estão: A distinção: crítica social do julgamento (1979); A dominação masculina (1998); O senso prático (1998); Razões práticas: sobre a teoria da ação (1994); A reprodução (1970); O poder simbólico (1989); A economia das trocas simbólicas (1999); A profissão de sociólogo (1999).

Sua diversidade nos permite utilizar a teoria para explicar e analisar fenômenos sociais, partindo do cerne principal de suas obras, que é como os indivíduos incorporam a estrutura social, como dialogamos com a sociedade em que estamos inseridos, legitimando essa estrutura e reproduzindo-a. O que compõe essa estrutura para Bourdieu, são os conceitos de campo, capital e habitus.

A fim de compreender os conceitos supramencionados faz-se necessária aprofundar a análise do papel que desempenham na estrutura política. Para tanto, a primeira parte deste capítulo busca trazer as explicações dos conceitos a partir de Pierre Bourdieu e de estudiosos que tratam do assunto. Por sua vez, a segunda parte trata das famílias políticas e capital, no que tange as reconversões de capitais. Por fim, a terceira parte dedica-se a tratar sobre as mulheres, feminismo e capital político, buscando compreender a estrutura política e as barreiras impostas as mulheres.

2.1 O CONCEITO DE CAMPO, CAPITAL E HABITUS EM PIERRE BOURDIEU

O conceito fundamental na teoria de Pierre Bourdieu é o conceito de campo, que nos permite entender a estrutura dos espaços onde ocorrem as disputas políticas e como funcionam as reconversões de capitais conforme a valorização no meio que o agente social está inserido.

O campo é um espaço onde a ação do agente social está em disputa. A ação só poderá ser efetivada seguindo o caminho que está disposto e as regras estão

estabelecidas para serem cumpridas. Esse espaço é determinado pelas relações de poder, porém, há uma desigualdade de distribuição nessas relações, separando os dominantes dos dominados. Os dominantes são aqueles que possuem um maior volume de capital e tendem a seguir as regras, e os dominados os que possuem menor volume de capital e tendem a questionar as regras.

É um espaço estruturado de posições, tensão, luta, disputa, e cria uma busca por uma acumulação e maximização de capitais por parte dos agentes, para poderem ocupar espaços importantes dentro da estrutura em que possam obter algum benefício, porém, a posição que o agente social ocupa no campo, precisa permitir esse acúmulo.

Campo é uma espécie de microcosmo social dotado de uma certa autonomia, com leis e regras específicas, um espaço de luta entre agentes que o compõem e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características que cada campo possui. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam (PEREIRA, 2015).

Capital, na teoria de Bourdieu, é sinônimo de poder, são os capitais possuídos em maior ou menor grau, ou a valorização dos mesmos em determinado campo, que irão definir as regras e as posições sociais dos agentes. Conforme elucida Cherques (2006, p. 36):

Aos interesses postos em jogo Bourdieu denomina “capital” — no sentido dos bens econômicos, mas também do conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos etc. Como nos confrontos político ou econômico, os agentes necessitam de um montante de capital para ingressarem no campo e, inconscientemente, fazem uso de estratégias que lhes permitem conservar ou conquistar posições, em uma luta que é tanto explícita, material e política, como travada no plano simbólico e que coloca em jogo os interesses de conservação (a reprodução) contra os interesses de subversão da ordem dominante no campo.

No campo, os agentes estão distribuídos em função de sua posição nas distribuições de capitais, de acordo com os dois princípios de diferenciação que Bourdieu considera os mais eficientes, que são o capital econômico e o capital cultural. De acordo com Bourdieu (2008b, p. 19):

Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais. Mais precisamente, como expressão o diagrama de *La distinction* (BOURDIEU, 2008^a), no qual tentei representar o espaço social, os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuem e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital.

Ou seja, esses dois capitais como princípios de diferenciação como coloca Bourdieu, são o que definem as diferenças sociais nos espaços em que os agentes estão inseridos.

O capital cultural, um dos princípios de diferenciação social, é o conhecimento, o conjunto de informações e qualificações transmitidas pela família, pelas escolas, instituições, sob três formas: a) o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma que a pessoa se apresenta em público), e o processo de interiorização de ensino e aprendizagem, o capital cultural “incorporado”, é algo que faz parte do indivíduo, até mesmo de forma biológica; b) o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, ter posse de obras de arte), é algo que pode ser obtido de forma material ou simbólica; c) o estado institucionalizado, são bens sancionados pelas instituições, como os títulos acadêmicos (CHERQUES, 2006).

Importante ressaltar que, para Bourdieu, o conceito de capital cultural é fundamental para a formulação de outros capitais na trajetória do agente social, Bourdieu coloca a questão da escolaridade muito presente e em diálogo direto com o capital cultural. O sistema escolar tem a função de legitimar à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das redes de relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia que se baseia na afirmação bruta e brutal das relações de força (BOURDIEU, 2007).

O capital econômico, o outro princípio de diferenciação, são as rendas, imóveis, bens, salários que os agentes possuem. Além do capital cultural e econômico, Bourdieu trabalha com o conceito de capital social, capital simbólico e capital político, que são resultados das reconversões dos capitais descritos por ele como os mais eficientes. O capital social, são os acessos que os agentes possuem, a sua rede de relação de contatos, os relacionamentos, as disposições. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 67):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade.

A extensão da rede de relacionamentos que o agente possui e o quanto ele pode efetivamente mobilizar esse capital, que irá definir o volume do capital que o agente possui, seja ele econômico, cultural ou simbólico. Pode se dizer que, o capital social é um tipo de “estratégia”, é o resultado de um trabalho de manutenção para produzir e reproduzir relações úteis, que possam proporcionar lucros simbólicos ou materiais.

O capital simbólico, corresponde ao conjunto de rituais de reconhecimento social, que compreende a honra e o prestígio (CHERQUES, 2006). O capital simbólico, permite que o agente seja identificado no espaço social, é o resultado de todas as outras formas de capitais.

Já o capital político é o resultado de uma reconversão de todos os capitais, é o resultado de uma porção de capital cultural, social, econômico e simbólico. Funciona como o reconhecimento social que faz com que algumas pessoas, em vantagem a outras, sejam aceitas como “atores” políticos. O capital político em grande parte, é um capital simbólico, pois é necessário reconhecimento para agir na política. Como sintetiza Miguel (2003, p. 121):

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais.

Ou seja, o agente social precisa ser detentor de um capital cultural e econômico expressivo, que é o que lhe dará as ferramentas suficientes para que seja reconhecido no campo político, e para que seja detentor de poder dentro da

estrutura social. Essas reconversões de capitais, ocorrem por meio de estratégias de reprodução de determinados grupos, para manter, reproduzir ou modificar a sua posição social na estrutura. Bourdieu define o que é e como funcionam as estratégias de reprodução (2008a, p. 122):

As estratégias de reprodução – conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe – constituem um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal. Por intermédio da disposição em relação ao futuro – que, por sua vez, é determinada pelas oportunidades objetivas de reprodução do grupo – estas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial. E, em segundo lugar, do estado – por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes – do sistema dos instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc). Mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução, a qual define a transmissibilidade do patrimônio, fixando as condições de sua transmissão, ou seja, o rendimento diferencial que possa ser oferecido aos investimentos de cada classe ou fração de classe pelos diferentes instrumentos de reprodução.

Sendo campo um espaço de “disputa”, capital é o que está em disputa no campo, são as estratégias de reprodução utilizadas por determinados grupos, que permitem os agentes conservarem suas posições no campo, em uma luta que é tanto material quanto política, como travada no plano simbólico, e que coloca em jogo os interesses de conservação (CHERQUES, 2006).

Outro conceito fundamental na teoria de Bourdieu para compreendermos as formas de disputas, é o conceito de habitus. Nas palavras de Bourdieu (2007, p. 191):

Habitus é o sistemas das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui o princípio gerador e unificador e do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.

O campo é o que vai estruturar o habitus e o habitus é o que vai constituir o campo, sendo assim, habitus é o que media a relação e o diálogo entre agente social e estrutura. As disposições estruturadas é o que tange ao social, e as

estruturantes a mente, que são adquiridas conforme nossas experiências de vida individuais. O habitus é um princípio mediador entre realidade exterior e realidades individuais, é o diálogo entre a subjetividade do indivíduo e a objetividade da sociedade.

Dispomos de objetivações próprias sem a necessidade de um agente estruturante. Porém, há algo que determina a ação de um indivíduo, isso significa que antes de uma pessoa agir, há uma variedade de possibilidades de ação, e ao agir escolhendo uma possibilidade de ação, as próximas estarão de acordo com essa primeira escolha. Por exemplo, um gosto musical, a escolha de um esporte para praticar, ou até mesmo a escolha de uma carreira profissional. Nas palavras de Bourdieu (2007, p. 201):

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não   outra coisa senão o habitus, sistema de disposi es inconscientes que constitui o produto da interioriza o das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determina o, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.

Podemos dizer que habitus,   a maneira como o agente social v  ou l  o mundo,   o resultado de uma experiência biográfica individual, da experiência coletiva e da rela o entre essas experiências. Uma espécie de programa, no sentido da informática, que todos nós carregamos (CHERQUES, 2006). O habitus   o que vai intermediar o espaço de tomadas de posi es sociais, ou em outras palavras, ao sistema de separa es diferenciais, que definem as diferentes posi es nos dois sistemas principais do espaço social (capital cultural e capital econômico), corresponde a um sistema de separa es diferenciais nas propriedades dos agentes, nas suas práticas e nos bens que possuem. Cada classe de posi o corresponde a um habitus, produzido pelos condicionamentos sociais associados   condi o correspondente e pela intermedia o do habitus e de suas disposi es e capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (BOURDIEU, 2008b, p. 21).

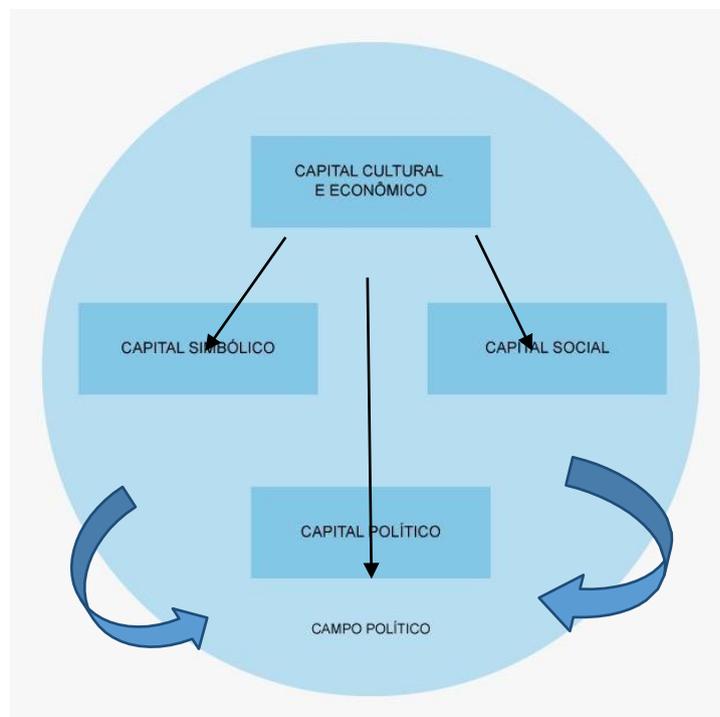
Sendo assim, o que vai definir o campo são os capitais específicos que ele vai “solicitar” a agentes dotados de um habitus e as institui es nele inseridas. Cada campo cria o seu próprio objeto, a valoriza o específica, que será determinada

pelos agentes que constituem o campo, que investem dinheiro, tempo, trabalho e o retorno varia conforme o volume de capitais que possuem. Sendo o habitus o que constitui o campo, o campo político é o resultado de um processo de diferenciação social, além de ser um espaço de força e luta, é um espaço em que se geram as concorrências entre os agentes que nele se acham envolvidas, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais cidadãos comuns, reduzidos ao título de “consumidores”, escolhem, com probabilidade de se enganar tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Devemos então, tratar capital político e campo político de forma complementar. Conforme descreve Miguel (2003, p. 115):

Capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética. É necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital

Figura 1 - Reconversão de capitais



Fonte: Da Autora (2019).

É no campo político, que as reconversões de capitais se tornam uma ferramenta para as famílias políticas se perpetuarem nesse espaço social, por meio

do conhecimento do campo e dos habitus dos agentes que compõem a estrutura familiar.

2.2 FAMÍLIAS POLÍTICAS E CAPITAL

É um traço característico na política, a ocupação de cargos eletivos por pessoas da mesma família. A política é permeada por relações familiares (GRILL, 2004; MIGUEL, 2003^a)¹, e isto está ligado as relações de dominação, de poder e vínculos de parentesco. Há alguns fatores para a entrada de qualquer indivíduo no âmbito político, como a vontade própria de participar e o acesso aos recursos necessários para efetivação dessa entrada, o acesso a esses recursos se torna mais fácil, através do capital familiar e capital político herdado.

O capital familiar, que é um capital social, resultado de uma reconversão de capital cultural, econômico e simbólico, poderia entrar aqui como uma forma de estímulo para membros de uma mesma família, já que crescer em um círculo onde pessoas íntimas circulam nesse meio, pode gerar o interesse em se inserir na política. O detentor do capital pode fornecer a um ou mais membros da família as regras do jogo, o conhecimento que tem sobre o funcionamento do campo, rede de contatos, acesso a membros partidários, jornalistas, entre outras coisas que possam favorecer a carreira política.

Bourdieu nos dá um panorama de como funcionam as famílias nesse contexto. Nas palavras de Bourdieu (2008b, p. 35):

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de conatus² no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas.

Nessa lógica, famílias que detenham de um capital político, tendem a transformar esse capital em uma “herança política”, passando de um membro da

¹Luiz Felipe Miguel e Igor Gastall Grill, possuem várias publicações sobre o tema de “herança política”, junto com conceitos fundamentais da teoria de Pierre Bourdieu, nos ajudam a compreender a manutenção e reprodução dessas famílias no cenário político.

² Junto com o conceito de *Conatus*, Espinosa pode estruturar, juntamente com sua noção de Deus, toda sua Ética. O *conatus* é a expressão de um corpo e de uma mente conectados, que se expressam ao mesmo tempo como atributos diferentes (TRINDADE, 2012)

família para outro, de forma a perpetuar isso no campo político. O capital político aparece então como resultado de uma reconversão e como um recurso utilizável por essas famílias para se inserir e para fazer parte do campo político. Essa herança política, funciona como mais um elemento de acúmulo de capital simbólico, essas famílias políticas, à medida que ocupam certos cargos importantes, acumulam votos, se reelegem, vão deixando uma marca no campo político, o “sobrenome” passa a valer como uma forma de reconhecimento e pertencimento. O que possibilita colocar a história do passado no presente e no futuro. Por exemplo, um neto de uma figura importante na política no passado, pode utilizar de suas falas, de suas lutas e suas bandeiras, mantendo a tradição familiar e dialogando com os mesmos pares. E assim, esse “sobrenome” vai se consolidando cada vez mais, mantendo um histórico nessa estrutura.

Familiares de líderes políticos costumam herdar não apenas o *savoir-faire* da política como uma rede de vínculos, compromissos e lealdades; isto é, possuem uma espécie particular, especialmente propícia à conversão em capital político, de capital social (MIGUEL, 2003, p. 130). Como já mencionado anteriormente sobre o capital social, é a extensa rede de relações que o agente possui e a sua capacidade de mobilizar efetivamente em prol de benefícios, que determina o volume de capital que o mesmo possui.

O vínculo de parentesco atua como uma fonte de crédito de reputação pessoal, como um investimento familiar, assim como os partidos promovem a capitalização de uma “história política” simbolizada pelas etiquetas, mas que depende das redes de relações no partido, personalizadas pela liderança, e os trunfos dos líderes carismáticos (GRILL, 2004).

O conhecimento desses agentes sobre o campo (espaço de disputa), capital (o que está em disputa), e *habitus* (formas de disputa), é o que auxilia na reconversão de capitais nas famílias políticas, pois conhecem as regras do jogo e a valorização de capitais que estão em disputa. Todo campo possui sua valorização específica, o que é interessante ressaltar, é que o no campo político há um jogo político presente e uma particularidade, onde não depende somente de um agente, mas sim de relações, poder e acúmulo de capital. Conforme Bourdieu e Fritsch (1999, p. 203):

Vê-se, pois, que o campo político tem uma particularidade: nunca pode se autonomizar completamente; esta incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo. Por que? O que faz com que a política não seja poesia, que o campo político não seja como o poético, é o fato de que o que está principalmente em jogo nas lutas simbólicas e políticas sobre o *nomos* (*nomos* vem do verbo *némo*, que significa operar uma divisão, uma partilha; comumente o termo é traduzido por “a lei”, mas significa também, mais precisamente, o que chamo de princípio de visão e de divisão fundamental, que é característico de cada campo) são a enunciação e a imposição dos “bons” princípios de visão e de divisão. No campo político, se eu disser que a divisão principal é a divisão entre ricos e pobres, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre franceses e estrangeiros, obterei uma estrutura inteiramente diferente. Em outras palavras, os princípios de divisão não têm nada de fortuito. Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização.

Essa particularidade do campo político, nos permite observar a importância das relações e os acessos que o agente possui, já que política não é algo que se faz sozinho, depende da ação de outros agentes em conjunto para que seja possível o avanço dentro do campo político. A herança política, facilita os vínculos dentro do campo político, não se herda somente a genética, mas sim uma rede de relações construídas ao longo do tempo.

O que vai definir a posição das famílias políticas, são as estratégias utilizadas pelos agentes para modificar, manter ou reproduzir essas relações na estrutura. As estratégias de reconversão, fazem parte das ações e reações de um grupo, que precisa se esforçar para manter a sua posição social ou modificá-la na estrutura. É impossível conservar se não houver modificação. Precisa modificar para conservar (BOURDIEU, 2008a, p. 151).

De fato, pode se afirmar que, além das escolhas políticas dependerem da classe social do agente, elas dependem também da evolução no tempo das trajetórias do grupo no qual se está inserido e nas estratégias. Nas palavras de Bourdieu (2008a, p. 424):

Além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a trajetória social do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da representação subjetiva da posição objetivamente ocupada. Uma das características mais determinantes das escolhas políticas, reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais que todas as outras escolhas – mais, sobretudo, que as escolhas obscuras e profundas do *habitus* -, a representação mais ou menos explícita e sistemática que o

indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “deveria” ocupar nele; e o discurso político, quando existe enquanto tal, limita-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação.

O que é verificável empiricamente, é que a cada eleição, esse campo político está mais propício para atividades familiares. Mesmo com as mudanças que vem ocorrendo na sociedade ao longo dos anos, no cenário político, econômico, social, esses grupos familiares continuam presentes e firmando o seu poder. Estudos apontam a capacidade de famílias se reproduzirem impulsionadas pelas próprias transformações decorrentes da sociedade contemporânea e, concomitantemente, trazerem resquícios de relações tradicionais de poder, *familismo*³ e de nepotismos, descumprindo as regras e limites impostos pela ordem jurídica (OLIVEIRA et al., 2017).

Ou seja, pessoas oriundas de famílias políticas, tendem a possuir um capital político maior e ter certa vantagem no campo político, como dito anteriormente, cada campo possui sua valorização específica de capital, e como todo campo é uma disputa de poder, de luta, possuir um capital maior em um campo onde a valorização do mesmo é o que determina a sua posição. Colocando esses agentes políticos em vantagem, talvez até mesmo encurtando alguns caminhos e evitando algumas barreiras que sem o “parentesco” precisariam atravessar para chegar a um cargo político.

Importante ressaltar que, não é só o possuir capital que determina a posição dos agentes no campo político, as barreiras impostas pelo campo e a forma como as famílias políticas mobilizam o capital são diferentes para homens e mulheres. As mulheres possuem muito mais barreiras para acessar o campo, e muitas vezes mesmo possuindo os capitais específicos valorizados, não possuem o acesso e as ferramentas para mobilizar esses capitais.

2.3 MULHERES, FEMINISMO E CAPITAL POLÍTICO

Um fato a ser destacado e que implica nas estruturas dos campos políticos, é de que a política é elitista e feita para se reproduzir entre as elites. O acesso a elite

³*Familismo* é um modelo social em que as necessidades das famílias são consideradas como prioritárias em relação à dos sujeitos individuais (MALIGNANT, 2012).

política, apesar das mudanças na sociedade e da inserção da mulher nesse espaço, ainda é dominado pelos homens.

Entendo elite política, associando a teoria e aos conceitos de Bourdieu, como uma parcela pequena da população detentora de capitais (econômico, cultural, social, simbólico, familiar, político), que possui o acesso ao âmbito político e ao poder de decisão, em contraponto a outra parcela da população que não possui esse acesso, está “privada” desse direito. É essa minoria da população que possui o controle e o acesso ao campo político através de suas reconversões de capitais.

Apesar do conceito de elite ser bastante variável, sempre haverá essa pequena parcela de agentes que detém o poder de decisão. Conforme elucida Noronha (2009, p. 27):

O conceito de elite apresenta, como se percebe, uma descrição bastante variável. Em todas as organizações sociais, as relações de poder fazem parte de uma complexa estrutura psicológica, cultural e social. E sempre haverá um setor que detém o mando ou coordena as ações de um determinado grupo. Portanto, em termos teóricos, é necessária uma tipificação do conceito de elite: política, econômica, intelectual, sindical, agrária ou burocrática.

A elite política, está intrinsecamente ligada à dominação, é uma forma de exercer uma força coercitiva sobre as minorias. Podemos dizer que é uma forma simbólica de poder, visto que, isso foi algo construído e institucionalizado pelo Estado. Importante ressaltar que dentro dessa minoria chamada elite, as mulheres ou possuem pouco ou nenhum acesso, mesmo possuindo os capitais valorizados no campo político, a elite política ainda é reservada para os homens.

Claro que algumas mudanças sociais ocorreram ao longo do tempo, permitindo a mulher ocupar e se colocar no espaço político, o que antes não era permitido. Essas mudanças começam a ocorrer a partir do século XIX e no início do século XX, que foi um período de muitos questionamentos sobre o papel da mulher na nova estrutura social que estava se constituindo. Tudo isso devido as próprias mulheres que se mobilizaram através de diversos meios para questionar esse papel, e construir o seu lugar na estrutura social, de modo a não ficar mais ligada somente a assuntos relacionados a casa ou família, mas sim de outras atividades de domínio público como a política. Bourdieu coloca o movimento feminista como o responsável pela inserção das mulheres nesses espaços sociais dos quais antes não se tinha acesso. Nas palavras de Bourdieu (2012, p. 107):

A maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar. O questionamento das evidências caminha pari passu com as profundas transformações por que passou a condição feminina, sobretudo nas categorias sociais mais favorecidas: é o caso, por exemplo, do aumento do acesso ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, com isso, à esfera pública; é também o distanciamento em relação às tarefas domésticas e às funções de reprodução (relacionado com o progresso e o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e à redução de tamanho das famílias); é, sobretudo, o adiamento da idade do casamento e da procriação, a abreviação da interrupção da atividade profissional por ocasião do nascimento de um filho, e também a elevação dos percentuais de divórcio e queda dos percentuais de casamento.

Mas de todos os fatores de mudança, para Bourdieu, o mais importante é o fator da escolaridade. A inserção da mulher no âmbito escolar, com maiores instruções e gerando conseqüentemente uma maior independência econômica, começa a mudar a estrutura familiar, embora a falta do habitus e do direito, tenda a perpetuar um modelo de familiar “tradicional”, o surgimento de novas famílias, com novos modelos de sexualidade, contribuem para quebrar a dóxa e ampliar o espaço e as possibilidades no que tange a sexualidade (BOURDIEU, 2012, p. 107–108).

A partir dessas mudanças e reivindicações que só foram possíveis pelos movimentos feministas, a mulher começa a poder ter uma trajetória na política, além do direito de votar, o direito de se eleger a um cargo político, e transitar no campo político, que antes era apenas um espaço destinado aos homens.

Diante do traço característico da política, da ocupação de cargos eletivos por membros da mesma família, a sucessão de uma herança política familiar, parece privilegiar muito mais os homens do que as mulheres, pois quando as mulheres ocupam esses espaços, a relação está muito ligada ao sistema patriarcal, ou é uma herança que vem do pai ou do marido. Ou seja, a forma como os homens e as mulheres mobilizam o capital político é diferente. De fato, há uma desigualdade de gênero no âmbito político, derivada de uma construção social, o fato de ter uma “ambição política” já apresenta desigualdade, em um núcleo familiar marcado por uma tradição política, é muito mais comum que os homens da família se interessem pela carreira política e mobilizem o capital político do que as mulheres.

Importante observar que o feminismo, como citado por Bourdieu, transformou o campo político para as mulheres. Todas essas transformações sociais, além de

criar capitais novos para as mulheres, mudou a forma como elas mobilizam esses capitais. Quando passaram a frequentar a escola, trabalhar e ter o direito de votar, passaram a possuir também capitais dos quais podem ser reconvertidos em capital político, que as permitiu de certa forma a se inserir no campo.

Apesar das conquistas, o desafio para as mulheres ainda é grande, a mulher precisa conquistar cada vez mais esses espaços que ainda colocam barreiras de inserção política, social e econômica. Uma fala da deputada Luiza Erundina, elucida esses desafios e essas barreiras sociais (ERUNDINA apud NOLASCO, 2010, p. 8):

Para a deputada as raízes das dificuldades das mulheres na política vão além das estruturas partidárias. Segundo ela, as mulheres não são educadas para ocupar espaços públicos. Existe um componente cultural, intrínseco à educação familiar, religiosa e até mesmo escolar das mulheres. As meninas são educadas para o ambiente privado. Só os meninos são estimulados a exercer liderança e ocupar os espaços públicos. As mulheres acabam exercendo preconceito contra si mesmas e preferem votar em homens. Em geral, afirma: “nós não nos permitimos ter um papel político. Existe um conceito inconsciente de que política é coisa de homens. Ao invés de tentar mudar o poder, a mulher acaba não valorizando a si própria. Por isso, apesar de termos uma população majoritariamente feminina, temos uma participação de mulheres no Congresso tão ínfima.

O capital político herdado diante desses desafios, parece ser uma das maneiras de entrada para as mulheres no âmbito político mais eficaz, visto que, ajuda a atravessar as barreiras que permeiam esse campo. Funciona como uma ferramenta, é a forma que a mulher tem de ser reconhecida como um “ator político” pela sociedade.

Não há como negar que vivemos numa sociedade onde os cargos de poder na esfera pública e privada são na maioria ocupados por homens. O cenário político como um todo, é marcado pela dominância da presença masculina. A mulher vem conquistando o seu espaço nesse cenário, porém, ainda é considerada exceção, se compararmos com a quantidade de homens nos cargos públicos e políticos. É necessário compreendermos as mudanças que ocorreram na sociedade para entendermos como as mulheres começaram a se inserir em espaços sociais dos quais não atinham acesso, como o espaço político. E também entender, uma vez inseridas no campo político, como e de que forma mulheres que fazem parte de famílias políticas, mobilizam o capital político herdado.

3 AS MULHERES E AS ELEIÇÕES DE 2018

A cultura ocidental é marcada pelo fato da sociedade atribuir diferentes lugares sociais para homens e mulheres. Durante séculos, coube às mulheres a função de educar os filhos e transmitir valores da família, enquanto os homens se envolviam com outros assuntos, como a política e a economia. Ou seja, a mulher tinha acesso às funções que são do domínio privado o que permitia os homens o acesso ao domínio público. No Brasil, as mudanças só vêm a ocorrer a partir do século XIX, onde ocorrem algumas transformações sociais importantes, onde a estrutura familiar muda e as mulheres passam a ter maiores possibilidades e acessos que antes não possuíam. Surgem também, jornais da época com publicações femininas refutando o papel da mulher (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 3).

As mulheres desempenharam um papel chave no processo eleitoral de 2018. De acordo com dados da Justiça Eleitoral, as mulheres correspondiam a 52,5% do eleitorado do país (TSE, 2018). Ao todo eram 77.337.918 mulheres aptas a votar nas eleições de 2018. O número de candidatas também merece análise, mas cabe destacar no presente capítulo o próprio protagonismo assumido pelo eleitorado feminino. O repúdio das mulheres nas eleições de 2018 ao atual presidente da República era muito grande. Evidenciou a importância do feminismo frente a ascensão do conservadorismo e da extrema-direita no Brasil. No contexto do movimento #EleNão, segundo pesquisa IBOPE divulgada em 24 de setembro de 2018, 54% das mulheres não queriam Jair Bolsonaro como presidente (XAVIER, 2018). Apesar disso, Jair Bolsonaro foi eleito como presidente da República com 55% de votos, fortalecendo discursos de oposição às causas feministas que vem ganhando força na última década.

Diante desse cenário, o presente capítulo procura compreender o papel das mulheres no em um processo que elegeu um ator político com discurso marcado pela oposição às pautas feministas. Para tanto, apresenta uma breve contextualização do feminismo e do fortalecimento do conservadorismo diante dos avanços alcançados por setores progressistas durante os anos de governo de esquerda. Por fim, aborda a crise política e debate dados do Tribunal Superior eleitoral sobre as candidatas mulheres, mais especificamente, as candidatas no Rio Grande do Sul.

3.1 DA QUARTA ONDA DO FEMINISMO AO “FIM DO POLITICAMENTE CORRETO”⁴

O precursor das mudanças sociais na estrutura e no posterior acesso das mulheres aos diversos espaços sociais foi o movimento feminista. Há indícios de que o movimento feminista tenha iniciado no século XV, porém, alguns autores colocam que talvez essas manifestações que surgiram nessa época, não pudessem ser rotuladas como “feministas”. Mas Segundo Renan Cancian, há um forte indício de que o movimento se inicia no contexto da revolução francesa em 1789. Em 1791 Olímpia de Gouges, deu uma declaração de que a mulher possuía direitos naturais iguais ao dos homens, e que por isso, deveria participar direta ou indiretamente das formulações de leis e da política de uma forma geral. Embora a declaração não tenha sido aceita, é o símbolo mais representativo do feminismo racionalista e democrático da época, que reivindicava igualdade política entre os gêneros (CANCIAN, 2016).

Apesar dos indícios, a ascensão do feminismo só vem a ocorrer de forma organizada no século XIX. Nesse período, destaca-se a organização de mulheres na Inglaterra, reivindicando direitos de igualdade jurídica entre gêneros. Por sua vez, para Renan, o feminismo contemporâneo surge nos Estados Unidos, na década de 1960, se alastrando para diversos países industrializados, tendo como pauta principal a luta pela libertação, conforme descreve:

A reivindicação central do movimento feminista contemporâneo é a luta pela “libertação” da mulher. O termo “libertação” deve ser entendido como uma afirmação da diferença da mulher, sobre tudo em termos de alteridade. Com base nessa ideia, o movimento busca novos valores, que possam auxiliar ou promover a transformação das relações sociais ou da sociedade como um todo (CANCIAN, 2016).

De acordo com Fernanda Rocha, o movimento feminista pode ser separado em quatro ondas. A primeira, uma onda feminista contemporânea como já citado anteriormente, tem início nos Estado Unidos e na França, onde as mulheres reivindicavam a luta pela libertação. “A reivindicação dos direitos emergiu na discrepância entre a difusão dos princípios universais de igualdade e a realidade da desigual divisão de poderes entre homens e mulheres” (ROCHA, 2017, p. 28).

⁴ Discurso de posse do Presidente Jair Bolsonaro (Folha de S.Paulo, 2019).

Característica marcante do século XIX no movimento feminista, é a reivindicação das mulheres por sua inserção na vida política e civil, de maneira igual aos homens, onde se inicia a luta pelo sufrágio. Sobre a luta pelo sufrágio, Rocha descreve (2017, p. 30):

A luta pelo sufrágio exigiu das mulheres um grande empenho em termos de articulação, mobilização, engajamento, coragem, desprendimento e, além da exaustão da força mental, a aplicação da força física para lutar corporalmente contra seus opressores, contra agressores que queriam calar o movimento feminista e colocá-las na prisão, por diversas vezes inclusive, e relutaram na prisão realizando greves de fome em protesto, sendo alimentadas forçadamente por tubos emborrachados que perpassavam suas narinas até o estômago, a fim de levar o alimento que as manteriam obrigatoriamente vivas; não as queriam mártir de uma causa.

A primeira onda, marcada pelo sufrágio, pode ser considerada a ondas das “massas”, pois se expandiu por diversos países mesmo que de diferentes maneiras, mobilizando milhões de mulheres⁵.

A segunda onda do movimento feminista, foi responsável por levar a luta e o debate a um nível mais aprofundado. De acordo com (MARQUES; XAVIER, 2018), a segunda onda iniciou-se no período pós-guerra, trazendo reflexões sobre às condições das mulheres tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito social, e também os questionamento e discussões sobre gênero. “A segunda onda do feminismo se consolidou no início dos anos 60, dando continuidade às lutas anteriores, o movimento se destaca, pois ampliou os debates sobre igualdade de gênero também para o âmbito cultural” (NUNES, 2017).

Simone Beauvoir, considerada uma das maiores teóricas do movimento feminista moderno, integrante do movimento feminista e existencialista Francês (DIANA, 2019), publicou em 1949 o livro chamado “O segundo sexo”, revolucionando o cenário político e intelectual em que estava inserida, e confrontando a imagem e o lugar da mulher. A obra de Beauvoir trouxe o debate e refutou questões sobre a natureza feminina, onde afirma que não existem modos de vida que são especificamente do gênero feminino, que isso é algo que foi inventado pelos homens para colocar as mulheres em uma posição de opressão. Outras questões também abordadas na obra da autora, dizem respeito às obrigações que a sociedade impõe as mulheres, como a maternidade, o casamento e a submissão.

⁵ No Brasil, as características do sufrágio são um pouco diferente dos Estados Unidos e da França por exemplo, pois não se articula por meio dos movimentos sociais, no Brasil as reivindicações se deram por meio de lobby (ROCHA, 2017 apud FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL)

A autora também questiona sobre a criação das mulheres, e os valores e obrigações que são transmitidos durante a vida, sustentando que as mulheres não possuem um destino biológico, mas se desenvolvem em uma estrutura social que impõe e transmite os valores para as mulheres, destinando-as qual o seu papel na sociedade (NUNES, 2017).

Beauvoir além de uma figura importante no movimento feminista foi uma figura central na segunda onda do movimento, pois seu trabalho contribuiu para que outras autoras também pudessem contribuir com as discussões sobre gênero e as relações sociais através da sua obra.

A primeira onda do movimento, era baseada em uma conquista política, quando foi conquistado o direito ao voto, os questionamentos mudaram, pautando-se pelo questionamento sobre gênero, a condição de opressão imposta as mulheres e as relações sociais e a construção social (MARQUES; XAVIER, 2018).

Outro ponto que também surgiu nesse período, foi o questionamento sobre a liberdade sexual da mulher, conforme destacado:

Também é nesse período que o movimento feminista traz discussões em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher (MARQUES; XAVIER, 2018).

A terceira onda do movimento feminista inicia-se em 1990, e tem como uma de suas principais vozes a autora Judith Butler, que busca discutir os paradigmas que foram abordados pelos movimentos feministas antecessores, que eram pautados a uma identidade já definida (ROCHA, 2017). Conforme elucida Rocha (2017, p. 39):

Nesta onda questiona-se o discurso das feministas e sugere-se a ampliação ao transfeminismo, uma vez que a redução da identidade à uma genitália remeteria às mesmas concepções pelas quais as feministas vem a lutar por décadas à fio, contra os discursos que desqualificam a mulher devido ao seu sexo. Sendo assim, essa corrente critica ferrenhamente a busca de uma identidade para o sujeito do feminismo.

Fato indiscutível, é que o movimento tomou corpo, o direito ao voto criou consciência da obrigação e do poder do Estado, além da consciência política crítica nas mulheres, que reivindicavam além da igualdade de gênero, um reconhecimento das desigualdades sociais. Conforme afirma Mariano (2001, p. 16):

Tal política é mais do que a reivindicação pelo direito ao reconhecimento das diferenças culturais; é, acima de tudo, uma reivindicação pelo direito ao reconhecimento das desigualdades sociais, demandando assim a adoção de ações estatais de enfrentamento das mesmas. Assim o feminismo denuncia o apagamento das diferenças pretendido pela democracia liberal, bem como sua neutralidade em relação às desigualdades, as quais são remetidas as esferas exteriores ao Estado.

Nos anos 2000, surge a quarta onda feminista, que tem como característica uma onda digitalizada, global, composta por mulheres mais jovens e com uma maior abrangência, menos restrita aos meios intelectuais. A quarta onda feminista, acompanha o avanço da tecnologia e dos chamados “novos movimentos sociais”, que se diferenciam dos movimentos tradicionais no que tange a forma de configuração e a utilização dos meios tecnológicos de comunicação, utilizados para atingir milhares de pessoas de uma forma rápida e eficaz. A utilização desses meios tecnológicos de comunicação, construiu uma rede de relações entre as pessoas e despertou sentimentos de mudança e esperança, fazendo com que a partir das redes sociais, pessoas de diversas classes sociais, se reúnam em diferentes espaços públicos, manifestando sua opinião ou reivindicando seus direitos.

Dessa utilização dos meios tecnológicos como forma de impulsionar os movimentos sociais, surge o conceito de Ciberativismo (QUEIROZ, 2017, p. 2-5), que é um ativismo realizado por grupos politicamente motivados, que utilizam a internet, mais especificamente as redes sociais, para divulgar, mobilizar e realizar suas causas políticas, sociais, ambientais ou culturais. Tanto pelo baixo custo, quanto pela velocidade que uma informação pode chegar a qualquer lugar do mundo. “O questionamento quanto à inserção feminina no ciberespaço constituiu-se pertinente uma vez que, conforme relacionado anteriormente, as tecnologias e suas vertentes eram privilégios do universo masculino. O empoderamento das mulheres poderia ser conquistado via internet” (ROCHA, 2017, p. 63).

Sobre o movimento feminista em “rede”, Rocha destaca (2017, p. 69–70):

Desta forma, compreende-se que as articulações dos movimentos sociais em e na rede, constituíram-se na tentativa deliberada de alterar as relações de poder, reprogramando interesses e fomentando mudança social. O movimento feminista na internet, imbuído de valores próprios de caráter antagônico aos imbricados no processo de evolução da sociedade patriarcal manifestar-se-ia como ator da mudança, na medida em que, utilizando-se das plataformas digitais para divulgação dos ideais do movimento, angariaria decisivo poder de influência nos meios de comunicação em massa. O universo virtual seria como um espaço de troca e compartilhamento de experiências, lágrimas, sonhos e esperanças; além da conscientização dos problemas sociais vivenciados e proposições de luta contra os poderes instituídos.

A internet possibilitou uma maior amplitude do movimento feminista, tanto na discussão de pautas em blogs, redes sociais, quanto na organização do movimento buscando a mudança social. Para demonstrar a relevância das mobilizações via ciberespaço, Rocha em sua tese (ROCHA, 2017), traz uma publicação do blog Marcha Mundial das Mulheres – Rio Grande do Sul, que realizou uma chamada a participação de um “tuitaço” pela legalização do aborto no Brasil.

As reivindicações dos movimentos feministas foram mudando de concepção conforme as conquistas foram adquiridas, a quarta onda do movimento vem para fomentar o movimento, aumentando a adesão de mais pessoas, não se restringindo somente a gênero, mas sim as minorias, como a população LGBT⁶.

Todas essas vitórias causaram modificações culturais que, para setores conservadores, aprisionaram a população ao “politicamente correto”, conforme destacado por Jair Bolsonaro em seu discurso de posse (FOLHA DE S.PAULO, 2019). Eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) como representante de setores conservadores da extrema-direita que se opõem às reivindicações do movimento feminista, Bolsonaro é parte de uma onda conservadora global. No cenário atual, ele, assim como diversos movimentos conservadores, assumiu um discurso de renovação da política, muito embora Bolsonaro tenha atuado como parlamentar durante 27 anos. A seguir, procuraremos compreender as características de tal onda e suas especificidades no Brasil.

⁶Há muitos acontecimentos importantes do feminismo no Brasil. Ver: Quadro 1 no Apêndice A. Além das transformações sociais listadas acima, as leis para população LGBT também merecem destaque, como já mencionado, o feminismo não pautou somente assuntos sobre as mulheres, mas também buscou direito para as minorias. Conforme Quadro 2 Apêndice A.

3.2 A ONDA CONSERVADORA NO BRASIL E NO MUNDO

De uma forma geral, estamos acompanhando uma ascensão do conservadorismo político e da extrema-direita, tanto na Europa, quanto no continente americano. É um fenômeno que vem crescendo nos últimos anos e que alguns autores consideram comparável com o período da República de Weimar na Alemanha, que antecedeu a emergência de regimes autoritários. Sobre a República de Weimar, Moraes elucida (2018, p. 114):

A República de Weimar é considerada como o período da história alemã que se segue à queda da monarquia e à proclamação da República pelo social democrata Philipp Scheideman (09/11/1918) e que antecede a chegada de Hitler à função de primeiro ministro (Chanceler) da Alemanha (30/01/1933). Ela foi uma república democrática liberal, fundada em um sistema parlamentarista, com representação proporcional e sem cláusula de barreira. Os governos (Gabinetes) eram formados ou por meio de maiorias parlamentares fundadas em alianças partidárias (governo de maioria) ou, caso uma maioria parlamentar não pudesse ser constituída, pela “tolerância” da maioria dos parlamentares, significando isto a concordância da maioria de não recusar o governo indicado ou mesmo de votar por sua dissolução. Uma variável importante do parlamentarismo de Weimar diz respeito ao lugar do Presidente da República nesse sistema: era dele a iniciativa de indicar a formação de um governo e de apontar o primeiro ministro e ele tinha a possibilidade de dissolver o parlamento e convocar novas eleições. E m situações de emergência, o presidente poderia ainda suspender temporariamente direitos civis e governar por decreto, fator decisivo para a dissolução da república.

No caso da Europa, Löwy nos dá uma boa visão desse fenômeno comparando o passado com o presente (2015, p. 653):

Pode essa situação ser comparada à Europa dos anos 1930? Sim e não. É a primeira vez, desde os anos 1930, que a extrema-direita alcança tal influência na política europeia. Mas a história nunca se repete. Há muitas diferenças entre as conjunturas do passado e as do presente. A mais óbvia é que, depois de 1933, dois dos mais importantes países da Europa, Itália e Alemanha, tiveram regimes fascistas totalitários. Afortunadamente, nada comparável existe hoje! Uma outra diferença importante é que os interesses da burguesia hoje são esmagadoramente favoráveis à globalização capitalista neoliberal e hostis ao nacionalismo econômico — um conteúdo básico de qualquer projeto fascista ou semifascista. Por outro lado, a esquerda antifascista, tanto em sua versão mais radical — marxistas e anarquistas — quanto em sua forma mais moderada, parlamentar, da Frente Popular, era muito mais forte nos anos 1930 do que hoje. Outra diferença é que, paradoxalmente, ao contrário da época atual, a maioria dos movimentos fascistas dos anos 1930, com a notável exceção da Alemanha (e, em uma escala muito menor, França), não era abertamente racista. Isso se aplica, ao menos até antes de 1938, aos movimentos liderados por Mussolini, Franco e Salazar na Itália, Espanha e Portugal.

Apesar dos traços presentes do conservadorismo atual no passado, o que estamos acompanhando hoje, é a renovação do discurso da direita, que se pleita em um grande apelo de pátria e a um nacionalismo exacerbado.

Entre os países nos quais a direita se fortaleceu, podemos destacar os Estados Unidos, um dos países mais fortes em termos econômicos e políticos no cenário internacional atual. Após uma crise econômica forte no governo do Barack Obama (2009 –2017), os americanos viram em Donald Trump a solução para pautas que estavam dominando a política global, conforme descreve Gomes (2019):

O surgimento de Donald Trump vem, portanto, do processo de decadência no qual os Estados Unidos se encontraram inseridos durante os anos Obama. Apesar disso, o sucesso de Trump vem de diferentes aspectos que agora estão dominando a política global como um todo: (1) o crescente senso de medo acerca do terrorismo mediante imigração, conforme observado na Europa, após os ataques da França e da Alemanha; (2) o crescimento da criminalidade em estados na fronteira dos Estados Unidos com o México, causado, em tese, pela imigração ilegal em massa, durante um período de crise econômica e social, o que causou a sensação de insegurança e possibilidade de perda de empregos; (3) a sensação de que a globalização estava agora sob o comando da ideologia do globalismo, durante a era dos governos de esquerda no mundo (2000-2010), ideologia esta que tem como base a repressão de ideias econômicas e políticas contrárias ao processo de integração, mesmo que sejam provenientes da base do pensamento e da civilização ocidental. Todos esses aspectos, combinados com o fato de que o partido Democrata falhou em dar ouvidos a uma grande parcela da população americana, principalmente do interior dos Estados Unidos, abriu espaço para alguém como Donald Trump. Apesar de sua antiga filiação aos Democratas, Trump mudou sua mente e posição durante o governo Obama, como parte de uma reação da ala mais conservadora do partido em relação a nova plataforma Democrata.

Os americanos viram em Trump a solução para a crise econômica no país. E assim como no Brasil, ele teve um apoio grande da classe média americana, que precisava que seus interesses fossem representados, com políticas voltadas para “produção” e não para políticas sociais, pois há um abismo grande entre a classe média e a classe mais pobre do país. Importante ressaltar o perfil do Presidente Donald Trump, que além de empresário, era uma personalidade televisiva e se beneficiou disso para conquistar os americanos. Como caracteriza Gomes (2019):

Como alguém que vem do show business da mídia, Trump viu a oportunidade de fazer público o senso comum da sociedade americana, trazendo de volta os antigos valores americanos que um dia fizeram, aos olhos de parcela da população, a América grande e poderosa. Esses valores, pelos quais valeria a pena lutar, são vistos por grande parte dos americanos como a força de sua economia, a defesa da liberdade ao redor

do mundo e o poderio de sua força militar. Trump vocalizou a ideia de que o povo americano estava perdendo a corrida do século XXI em direção ao progresso e a prosperidade por aceitar políticas internacionais que não colocavam os interesses e valores da América em primeiro lugar. O propósito maior dos Estados Unidos não era fazer o mundo próspero através da destruição de sua economia e enfraquecimento da sua posição no cenário global, mas, em verdade, tornar o mundo próspero pelo fortalecimento da economia americana e pela defesa consistente dos valores de liberdade, capitalismo e comércio livre e justo com todas as nações do mundo. Esse aspecto da política americana permanece como um legado da onda conservadora nos anos 70, que ocorreu durante a eleição de Ronald Reagan.

Pela experiência na televisão, Trump sabe se comunicar muito bem, mesmo sendo uma das pessoas mais ricas dos Estados Unidos, faz-se parecer alguém do povo. Defende seus ideais e ataca seus adversários ferozmente, o que lhe dá um ar de honestidade (GOMES, 2019).

A atual extrema-direita na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, possuem alguns fatores em comum como: Autoritarismo, visão de um líder que pode ser capaz de restaurar a ordem; o culto a violência policial; intolerância contra as minorias e a guerra a corrupção (LÖWY, 2019). Diante das similaridades, cabe questionar as motivações desse crescimento. Das forças conservadoras. Para Lowi (2015), os motivos são variados e entre eles merece destaque o processo de globalização capitalista neoliberal e o papel que o mesmo desempenha na “homogeneização cultural”, a crise econômica e a própria história.

O que fica claro é que são nos momentos de “crise” que a extrema-direita cresce. O enfraquecimento da esquerda principalmente na América Latina, é algo que vem acontecendo desde 2010. As críticas à persistência de práticas corruptas e a oposição às políticas de diversidade, geraram uma revolta na classe média gerando um movimento anti-populista. Conforme elucidada Almeida (2019, p. 186):

Cabe destacar também a própria derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, onde, durante os anos 2000, alguns países, agindo em bloco e com relativa liderança do Brasil, procuraram construir uma posição menos alinhada com a política externa dos Estados Unidos. Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o status quo social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países.

No caso do Brasil, a corrupção gera uma manipulação pelos partidos de extrema-direita, que levantam a bandeira da anticorrupção como uma forma de

legitimar o poder militar (SANTOS, 2019)⁷. Pode-se dizer que o conservadorismo é o resultado de uma crise política global que vem acontecendo há um tempo e aos poucos foi criando força política e se tornando (aos olhos do movimento anti-populista), a solução para enfrentar a corrupção, a crise e os problemas sociais existentes, diminuindo a força da democracia e aumentando a opressão. Crescendo assim, o culto a violência policial, a intolerância as minorias e o apelo aos militares. Conforme descreve Bastos (2017, p. 36):

Nesse contexto de avanço do populismo de direita no Brasil, é inegável que a revolta contra a corrupção confluiu com os demais focos de insatisfação das camadas médias tradicionais, assumindo centralidade. Paradoxalmente, a questão da corrupção foi manipulada para ajudar a derrubar um governo que contribuía para as investigações e colocar no poder um grupo político corrupto e interessado em barrar as investigações. A rapidez das delações e dos vazamentos que prejudicavam o PT, com ampla divulgação midiática, contrasta com a delação e o vazamento tardio da compra de votos parlamentares pela Odebrecht, que prejudicaria os políticos que comandavam o impeachment no Congresso Nacional. Nesse sentido, é no mínimo ingênuo negar o uso político seletivo do combate à corrupção para finalidades particularistas, ou seja, destruir a reputação do PT e enfraquecer a popularidade da presidenta Dilma, criando condições para o golpe.

No Brasil diferentemente da Europa, o poder militar é um ponto chave no conservadorismo, há uma exaltação aos militares e um saudosismo a ditadura grande pela população, além da bancada evangélica parlamentar que teve um grande crescimento e que muitas vezes suas pautas funcionam como forma de “opressão” as minorias, principalmente aos LGBT’S. Conforme descrevem Quadros e Madeira (2018, p. 493):

Mudanças vistas como prejudiciais serviriam para o conservadorismo como um impulsionador da reação, o que o impeliaria a partir de modo mais assertivo para a defesa de bandeiras que até bem pouco tempo não eram questionadas politicamente de forma tão sistemática (definição tradicional de família, por exemplo). Com efeito, fatos como o reconhecimento do valor legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo e da utilização de células-tronco embrionárias para pesquisas científicas certamente ajudam a compreender a força mobilizadora do discurso conservador atualmente.

Conforme descrito acima, o progresso em alguns assuntos que antes não eram pautados e algumas leis e políticas para as minorias, parece impulsionar o discurso da direita, pois nunca haverá um consenso por parte da população sobre

⁷Ver tese de doutorado de Geórgia Santos sobre o papel da mídia (SANTOS, 2019)

determinado assunto, e é essa parcela descontente com esse progresso que a direita busca dialogar. Conforme caracterizam Quadros e Madeira (2018, p. 493):

Teria nos parlamentares de bancadas como a evangélica a sua ponta de lança. Isto é, os conservadores, “forçados” à mobilização e cientes de que deve haver uma parcela da população que também tende ao descontentamento, passam a abandonar a “vergonha” que o pertencimento à direita outrora pode ter gerado. Já que um dos polos da emergente agenda conservadora na atualidade é justamente a bancada evangélica, é imperativo avaliá-la.

Um exemplo disso é a legalização do aborto. Os religiosos do Congresso Nacional se colocam em oposição a descriminalização do aborto, pois é um assunto onde grande parte da população também possui resistência. Os membros da bancada Evangélica são os grandes protagonistas dos movimentos contra a descriminalização do aborto e das leis que tramitam no Congresso Nacional (QUADROS; MADEIRA, 2018).

Na chamada “onda conservadora” no Brasil, há pelos menos 4 forças sociais que articulam esse movimento: econômica, intolerante, moralmente reguladora e punitiva (ALMEIDA, 2019). Entendo “onda conservadora”, como um processo de ruptura de ideias, comportamento e inclinações. Gostaria de fazer aqui uma metáfora a simbologia de onda⁸, que surge quando há um desequilíbrio nos oceanos que faz com que a água se movimente, provocando uma agitação e uma mudança, tanto a mudanças positivas quanto negativas e que também podem representar perigo. Relacionando ao fenômeno atual, o significado originário da palavra reflete bem o momento da nossa conjuntura política, um processo de mudança e uma ruptura do status quo gerando um perigo iminente a democracia.

Como resultado, é significativo o crescimento de movimentos da direita com pautas conservadoras (FERREIRA; PEREIRA, 2019). Desde o golpe militar, a direita não havia produzido mais manifestações públicas de apoio ao regime. No cenário de confronto político no Brasil a esquerda tem maior predominância, contando com movimentos de grande capacidade de organização e força para recrutar e mobilizar pessoas, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos

⁸A onda é formada por um dos quatro elementos essenciais da natureza: a água. A onda marítima é gerada quando, devido a algum tipo de perturbação física, há um desequilíbrio na superfície dos oceanos, fazendo com que a água se movimente. Por este motivo, a onda simboliza a força incontrolável da natureza, que provoca agitação e mudanças, e pode estar associada tanto a mudanças negativas como positivas. A onda também podem significar perigo iminente, medo, destruição (Dicionário de Símbolos, 2008).

Trabalhadores Rurais sem Terra), a UNE (União Nacional dos Estudantes), e o PT (Partido dos trabalhadores) (TATAGIBA, 2018).

Porém, essa dominação da esquerda no cenário de confronto político no Brasil mudou a partir dos ciclos de protestos que iniciaram em 2013, como destaca Tatagiba (2018, p. 114):

Esse padrão de participação sócio-política sofreu importantes mudanças no ciclo de protestos de junho de 2013. Sob um clima geral de insatisfação em relação as instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais, os protestos de junho recolocaram as ruas como lugar da luta política, rompendo com um padrão de institucionalização das demandas que marcou o período democrático. Os protestos produziram efeitos imediatos sobre o regime político dos governos petistas, enfraquecendo sua base de apoio social e parlamentar. As direitas brasileiras souberam ler o “espírito de junho” e renovaram o seu repertório de ação, até então restrito a lógica eleitoral e ao lobby, para incluir o confronto político. Em 15 de março de 2015, um milhão e 350 mil manifestantes tomaram as ruas das cidades brasileiras para protestar contra o governo de Dilma Rousseff. Um ano depois, novo protesto levava 3 milhões de pessoas para as ruas para exigir o impeachment da Presidente e prisão para o ex-presidente Lula, um feito inédito para os padrões de mobilização no Brasil. Os protestos foram transmitidos ao vivo em cadeia aberta de televisão e tiveram forte impacto na opinião pública.

Nesse contexto, dentro das manifestações de direita que surgiram em 2013, destaco o MBL (Movimento Brasil Livre). O principal objetivo dessa organização era reverdecer o discurso da direita no Brasil. O MBL foi o movimento que teve mais capacidade de organização de combinar ações nas ruas. O movimento foi criado para intervir nos ciclos de mobilização do impeachment, defendendo o candidato do PSDB Aécio Neves (TATAGIBA, 2018).

Desde 2013 há uma onda de movimentos e protestos acontecendo no Brasil que marcam uma intensa polarização. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff intensificou essa tensão com fortes campanhas contra a presidenta. Para compreender tal polarização e o discurso de renovação da política que marcou o pleito de 2018, faz-se necessário compreender a crise política brasileira que teve início em 2014.

3.3 A ATUAL CRISE POLÍTICA NO BRASIL

É inegável que passamos por um momento de crise política, econômica e social no nosso país. Estamos acompanhando desde as eleições de 2014,

manifestações e movimentos sociais que geraram uma instabilidade política muito grande. Contudo, em realidade, 2013 significa um marco importante para a compreensão da atual crise. Desde junho daquele ano, ocorreram manifestações que mudaram o curso político no Brasil. Conforme destaca Almeida (2019, p. 192):

Tenho em mente os eventos críticos pontuais que causaram momentos de alta instabilidade nos últimos anos, como: as delações premiadas contra políticos e empresários; as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; o impeachment de Dilma Rousseff; o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (tse) da chapa Dilma-Temer; os dois pedidos de impeachment contra Michel Temer; a intervenção federal no Rio de Janeiro com as Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (psol-rj), e de seu motorista Anderson Gomes; a prisão de Lula; o locaute dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; entre outros. Tudo tem se passado como se estivéssemos em um mesmo processo social que se desdobrou em duas grandes coordenadas: na horizontal, o movimento de perda de legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade.

Ocorreram mudanças nos blocos de poder. Com a perda de legitimidade do governo Dilma e PT e a crise econômica, a direita se fortaleceu, usando bandeiras como “anticorrupção”, “antipetismo”, apelo a pátria e ao nacionalismo. Sobre o movimento antipetista, Santos destaca (2016, p. 51):

Os antipetistas empregam táticas de guerrilha com o objetivo de criar um ambiente negativo e enfraquecer os petistas, inclusive utilizando-se, em alguns momentos, de retórica antidemocrática que ataca a legitimidade dos representantes eleitos, das instituições e das normas. No entanto, não propõem vias político-institucionais alternativas. A função principal do conjunto é enfraquecer o adversário; e não ocupar o terreno político. Sua ação está associada a culturas políticas de ressentimento e de desencanto com a democracia representativa, acionando elementos do senso comum e da moralização da política para minar a legitimidade do governo federal.

Conforme destacado acima, o objetivo principal do movimento é deslegitimar o governo vigente, utilizando-se de “dores” comuns de pessoas em desencanto com o governo e com a democracia. Ainda sobre o movimento antipestista, Tatagiba destaca (2018, p. 121):

O antipetismo ofereceu a energia para o protesto, transformando insatisfações difusas em engajamento ativo com uma causa. O antipetismo tem uma dupla face: por um lado, é um fenômeno político-eleitoral que integra o que se convencionou chamar de negative partisanship, a rejeição exclusiva a um partido; por outro lado, é um fenômeno sócio-político que se

expressa no ódio ao PT. O antipetismo evidencia as interações contenciosas das quais a mobilização se nutre, nesse caso em particular evidencia o nexos entre mudanças nos processos de representação política, imaginários sociais e a emergência dos protestos.

Há também o fator econômico, pois o modelo de governo do PT já não se bastava mais perante a crise econômica mundial. “Os dois últimos anos da era do PT no Palácio do Planalto registraram retrocessos na economia e no bem-estar da população. Houve queda do PIB (Produto Interno Bruto) e alta do desemprego” (MARIANI et al., 2016).

Nos seis primeiros anos de mandato, o governo Lula contou com um cenário de prosperidade e favorável, mas mesmo com esse ciclo de prosperidade global, o primeiro mandato de Lula foi marcado por um crescimento abaixo da média do PIB mundial. Já em 2008, com a crise, o governo brasileiro sofreu uma queda de 0,33% no PIB em 2009, porém, devido as políticas de assistência social como Bolsa Família e pelo consumo, em 2010 houve um crescimento de 7,53%(O Globo, 2019). No Brasil, a dívida que era de 74% do PIB em 2003, caiu para 60% em 2013, no primeiro mandato de Dilma, porém, em 2014 essa tendência de queda se inverteu e em 2015, os mesmos 74% foram alcançados (MARIANI et al., 2016).

A economia é um fator que merece destaque nesse contexto. Várias decisões feitas por Dilma durante o seu governo foram consideradas errôneas por parte do congresso, sobretudo no campo econômico. Também há que se levar em conta o cenário internacional como um todo, conforme descreve Neto (2016, p. 46):

Em primeiro lugar, há que se dar o devido destaque aos problemas decorrentes da economia internacional. O governo Dilma não estava errado ao destacar esse fator. Todavia, trata-se de uma condição necessária, mas não suficiente, da crise. Condições necessárias se fazem sentir mais por sua ausência do que pela presença. Se os preços dos bens primários não tivessem caído e os estímulos outrora dados pelo Banco Central dos Estados Unidos não tivessem sido reduzidos, dificilmente o Brasil estaria na atual situação de penúria. Mesmo com todos os crassos erros de Dilma, a economia não teria experimentado o colapso que teve em 2015. Nesse caso, a popularidade da ex-presidente não teria desabado tanto, minimizando a crise política.

Conforme exposto acima, fica claro que a crise global foi um dos fatores que contribuiu para a diminuição da popularidade de Dilma, favorecendo assim, o crescimento dos partidos de direita, conforme destaca Maciel (2013, p. 2):

Desde 2011, a piora nas condições externas levou o governo do PT, já na gestão Dilma Rousseff, a combinar cada vez mais seu programa neoliberal moderado com medidas próprias do neoliberalismo extremado, como corte de gastos, aumento de juros, novas reformas neoliberais, etc. Esta postura do governo federal favoreceu um movimento de regressão política fazendo o eixo político girar mais para a direita, com a intensificação da repressão e criminalização das lutas e movimentos sociais, a aprovação de novas reformas neoliberais, etc. Tal “giro à direita” desencadeou um movimento de reforço jurídico e institucional da autocracia burguesa e manifestou-se em sua plenitude no avanço eleitoral das forças de direita e extrema direita nas eleições de 2014 e nas recentes manifestações contra o governo e pelo impeachment.

Além da pressão pelas manifestações, que de um lado reivindicavam melhorias no transporte público, na saúde, educação e do outro lado, a direita assumiu um discurso que associou a luta contra a corrupção ao antipetismo. Nesse sentido, além da recessão econômica, cabe destacar o peso da operação Lava Jato. Como destaca Tatagiba (2018, p. 116):

A partir de 2014, o antipetismo como fenômeno sócio-político, encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento com o início das investigações da Polícia Federal, com a Operação Lava Jato, destinada a investigar desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro.

A operação lava-jato afligiu os arranjos políticos que contribuíram para a governabilidade do governo petista, além de contribuir para a perda de popularidade e legitimidade do governo, neutralizando também a camada empresarial próxima do governo. O fato da Presidenta Dilma apoiar a Lava-jato enfraqueceu sua governabilidade, pois os políticos e empresários envolvidos em transações suspeitas e esquemas de corrupção, tinham interesse em substituir a Presidenta o mais rápido possível, por algum governo que pudesse barrar as investigações ou patrocinar algum tipo de “proteção” para os crimes cometidos (BASTOS, 2017).

Outro fator, foram as coligações partidárias do governo do PT desde 2003. Havia uma alta fragmentação ideológica, com presença de grupos políticos com pensamentos e interesses completamente diferentes de Dilma e do PT (AMORIM NETO, 2016). É fato que havia uma corrida pela hegemonia burguesa já que o PT era o principal articulador político. Como descrito por Maciel (2013, p. 4–5):

Tal atitude criou uma crise de legitimidade que está no centro da atual crise conjuntural, isolando o PT e o governo de sua tradicional base de apoio e tornando-o refém das pressões articuladas do grande capital, da grande mídia e das forças políticas de direita, mesmo daquelas consideradas “aliadas”. Na verdade, o que há é a tentativa de diversos partidos e forças políticas de ocuparem o lugar do PT como principal operacionalizador político da hegemonia burguesa. A pressão do PMDB no Congresso Nacional e em busca de mais espaço no governo Dilma e sua tentativa de se colocar como alternativa de governo no caso de um impeachment apenas expressa esta situação de forma mais evidente. O PSDB e seus

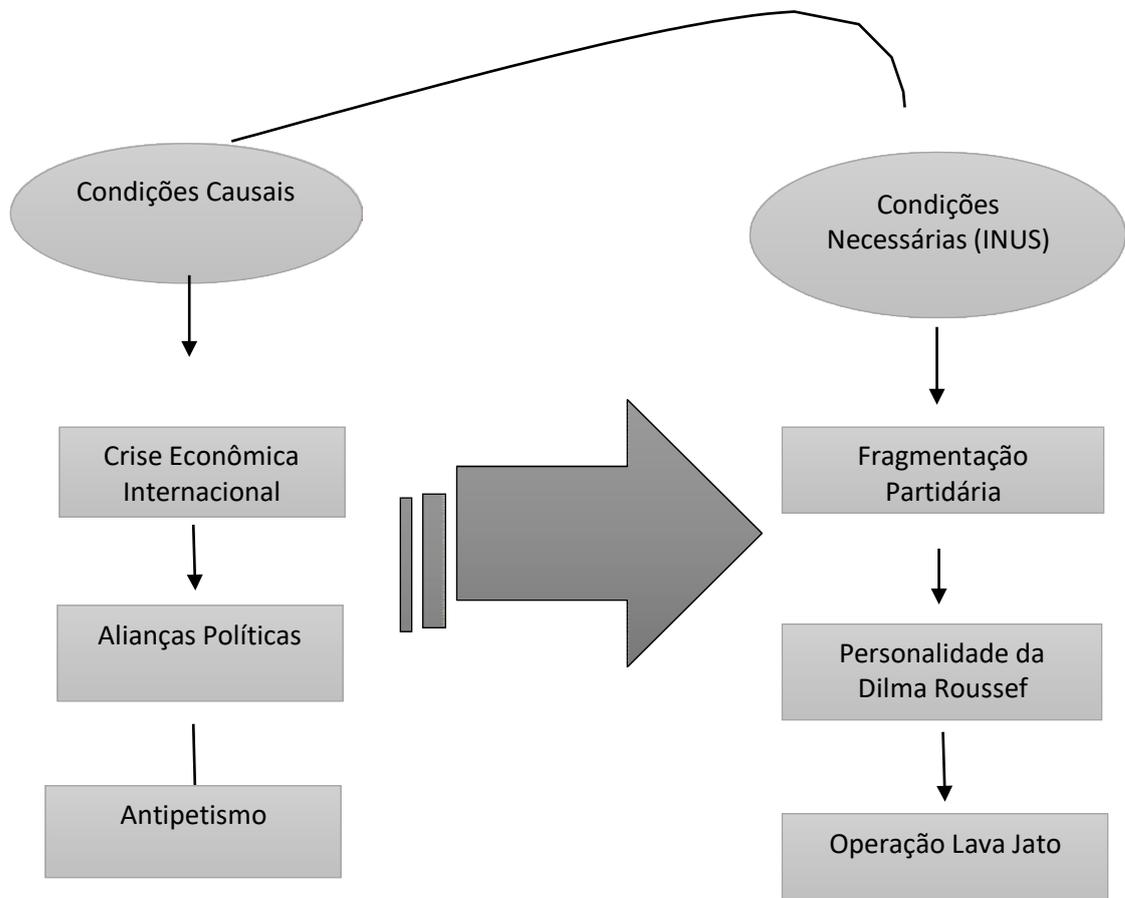
aliados históricos (PFL-DEM e PPS) também tentam capitalizar política e eleitoralmente a mobilização em torno do antipetismo e contra o governo, colocando-se como opção preferencial do bloco no poder nas eleições de 2016 e de 2018, interrompendo assim o prolongado ciclo de derrotas eleitorais por que tem passado.

Todos os fatores descritos acima, contribuíram para o impeachment da presidenta Dilma e para a crise política. Pode-se interpretar que alguns fatores tiveram maior relevância, tais como a economia internacional e a fragmentação política, porém, nenhum desses fatores de forma isolada justificam a crise, é o conjunto desses e outros fatores que levaram o Brasil ao colapso. Em seus estudos, Octavio Amorim Neto, chama essas condições e fatores contribuintes para a crise de INUS. Nas palavras de Amorim Neto (2016, p. 47):

Trata-se de condições que atendem pela estranha sigla INUS. As condições INUS são «componentes insuficientes, mas não redundantes, de uma combinação de condições que é desnecessária, mas suficiente [...]». Em outras palavras, as condições INUS são componentes individuais essenciais de um pacote de fatores que é suficiente (mas não necessário) ». Uma condição do tipo INUS jamais consegue, sozinha, explicar um determinado resultado. Ela precisa sempre da presença de, pelo menos, dois outros fatores INUS para que aquele se produza. A fragmentação e a heterogeneidade da coligação governativa de Dilma, a personalidade da ex-presidente, a Operação Lava Jato e o presidencialismo são condições do tipo INUS da crise política e econômica que corroeram o Brasil em 2015 e 2016.

Dentre as condições INUS, destaco a fragmentada e heterogênea coligação partidária: houve uma disputa muito grande entre os diferentes partidos que formavam a base política do governo, mas sobretudo entre o PT e o PMDB, que eram os principais articuladores políticos do legislativo. Outra condição INUS é a personalidade da ex-presidente Dilma, que não se comprometia com os arranjos políticos, e não aceitava nada que lhe tirasse de certa forma a autonomia. Em 2015, apesar de ter montado um gabinete multipartidário, o seu conselho só tinha políticos do PT, na teoria era multipartidário, mas na prática, para Neto, ela o conduzia de uma forma monopartidário. Além de várias tentativas do PT de enfraquecer o PMDB dando cargos de menor valor político. A operação Lava Jato também é uma condição INUS, já que sozinha não teria grande relevância, mas juntamente com outros fatores pode dar conta de explicar o fenômeno da crise (AMORIM NETO, 2016).

Figura 2- Crise Política



Fonte: Da Autora (2019).

Além dos fatores já citados anteriormente e ilustrados na figura acima, a questão de gênero também merece destaque. A eleição de Dilma Roussef em 2010, mudou o panorama da política no Brasil, principalmente ao cargo de presidência que sempre foi dominado por homens. É fato que a eleição de uma mulher ao cargo de Presidente, geraria muita expectativa já que as instituições são dominadas por homens. Apesar de todos os preconceitos sofridos durante o mandato, Dilma se reelegeu em 2014, vitória que foi duramente contestada, mostrando que a classe dominante no Brasil, as elites políticas, não aceitavam mais uma vez no poder uma Presidenta mulher.

Cabe destacar que o impeachment de Dilma Rousseff foi marcado por discursos machistas: vários foram os ataques feitos a presidenta. A repressão e os discursos contra a mulher cresceram nesse momento, até mesmo a sexualidade de Dilma foi colocada em questão, demonstrando que para além de acusações sobre “pedaladas fiscais” e erros perante a crise econômica, o gênero foi fator importante para o impeachment da presidenta, demonstrando a hegemonia masculina no cenário político brasileiro. Nas palavras de Rubim e Argolo(2018, p. 11):

Enfim, o respeito às eleições como expressão de democracia foi soterrado. A vitória da presidenta Dilma foi duramente contestada, não apenas pela oposição formal, que iniciou seu projeto de destituição concomitante com o resultado das eleições de 2014. Sob o clima desse contexto, foi urdida a ofensiva, “fora Dilma”, tendo como pretensa acusação “as pedaladas fiscais”, já utilizadas como procedimento de gestão pelos presidentes anteriores. Em verdade, tais palavras de ordem eram de fato a tradução do ressentimento dos políticos representantes das tradicionais classes dominantes do Brasil, que tinham perdido o poder e de classes médias cada vez mais reativas a possibilidade de um país menos desigual. Inflamados por uma mídia, absolutamente descompromissada com a imparcialidade da informação.

O impeachment da Presidenta Dilma, veio para dar um fim a passagem da primeira mulher que ocupou o mais alto posto político no Brasil. Os vieses políticos, econômicos e jurídicos foram citados. Por outro lado, as questões de gênero que fizeram parte da campanha do impeachment foram deixadas de lado pela mídia, consideradas um problema menor, o que demonstrou mais uma vez a tentativa de silenciar a história das mulheres na política brasileira (RUBIM; ARGOLO, 2018).

Um fato curioso, é que até o termo “presidenta” adotado por Dilma em sua posse e que utilizo aqui para me referir a Dilma, foi colocado em pauta após o impeachment. Como caracteriza Rubim e Argolo (2018, p. 14):

Ao inaugurar o termo, a presidenta Rousseff rompe com 121 anos de uma tradição de homens a comandar a república. E não é sem sentido que, ao ser afastada do cargo pelo impeachment, quem a substitui busca apagar, desde a linguagem até as marcas que podem condensar a memória da sua presença. Uma das primeiras ações de Michel Temer ao assumir interinamente o governo foi “orientar” a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) a não utilizar em seus conteúdos o termo “presidenta”.

O trecho acima demonstra mais uma tentativa de apagar o percurso da primeira presidenta no Brasil, mesmo que numa forma de jogo de linguagem, que também faz parte da política. Para contribuir com o debate sobre a inserção política

das mulheres, no próximo capítulo apresento um panorama geral das eleições de 2018 com enfoque nas deputadas eleitas pelo Rio Grande do Sul.

3.3 AS ELEIÇÕES DE 2018: BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

Parece indiscutível a avaliação de que os resultados das eleições de 2018 são uma resposta para toda instabilidade política e movimentos que estão acontecendo no Brasil. Foi uma eleição marcada pelo crescimento dos partidos conservadores de extrema-direita. O maior exemplo é o PSL, partido de direita, formado por uma grande gama de militares que teve uma quantidade enorme de votos e de eleitos. Inclusive o eleito e então atual presidente da República Jair Bolsonaro com 55% dos votos. Como caracteriza Freitas e da Silva (2019, p. 138):

O resultado das eleições de 2018 causou espanto. Ninguém foi capaz de prever no início daquele ano que um partido pequeno, como o PSL, seria capaz de conquistar tamanha quantidade de votos. Nem o próprio sistema foi capaz de antever tal fenômeno, considerando o fato de que esse partido teve enormes dificuldades de encontrar um parceiro para compor sua futura vitoriosa chapa a Presidência da República, restando apenas o também modesto PRTB como alternativa. O fato surpreendente pode ser dimensionado pela segunda maior bancada na Câmara formada pelo PSL — que havia eleito apenas um deputado federal em 2014 —, por sua vitória no governo do Rio de Janeiro e pelas votações expressivas de seus candidatos em diversos legislativos estaduais.

Como resultado, verificou-se um resultado diferente das eleições anteriores, o PT não continuaria a ter o cargo da Presidência. Como apontou Mazui, “Após quatro vitórias consecutivas do PT em eleições presidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014), o novo presidente eleito se apresenta como um político de direita” (MAZUI, 2018). Importante caracterizar essa “nova” direita, que mesmo com o discurso do novo, ainda está enraizada no contexto em que emergiu.

A nova extrema-direita, ainda associada as experiências do nazifascismo, apresenta muitos traços do contexto de quando emergiu, como: irracionalidade, apelo a pátria, nacionalismo, defesa de valores ético e morais, defesa das instituições tradicionais, intolerância à diversidade — cultural, étnica, sexual — anticomunismo, machismo, violência étnica. Os interesses políticos permanecem ligados a dominação, opressão e apropriação da riqueza social. Difere-se da direita tradicional pela intolerância e pela violência das ações, embora, quando se organiza

em associações ou partidos políticos, as tais práticas sejam recusadas por parte dos membros(SILVA et al., 2014).

Apresento um trecho do Presidente Jair Bolsonaro em seu discurso de posse, para caracterizar o discurso dessa nova extrema-direita:

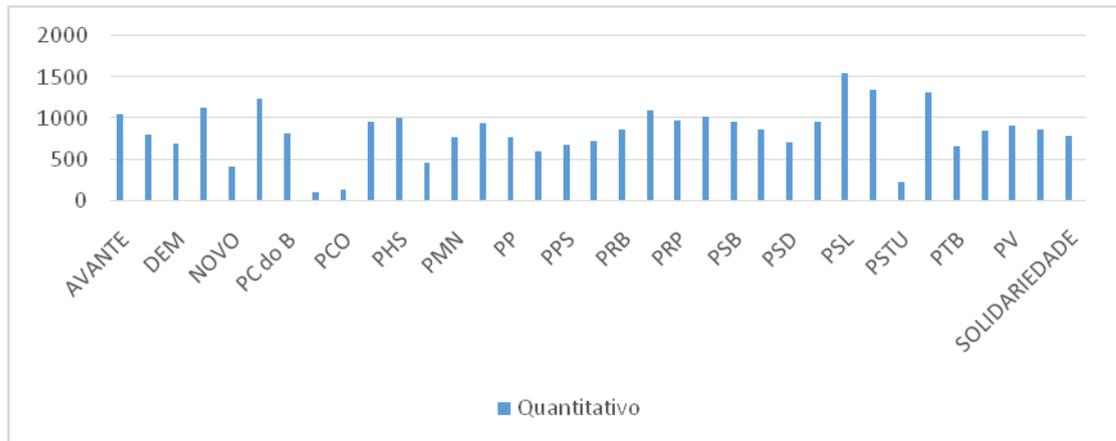
[...]É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto[...] E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil (Equipe HuffPost, 2019).

Fica claro na fala do Presidente Jair Bolsonaro, como já citado anteriormente, essa busca por “reestabelecer” valores éticos e morais conservadores. Slogans como “Deus, Pátria e Família” demonstram o apelo à religião, a instituição familiar e ao sentimento de pátria, para dialogar com uma parte da população afeta a esses valores⁹.

Demonstra-se com essa comparação, como essa extrema-direita apesar de considerada “nova”, mantém suas raízes nos princípios que marcaram os governos de direita durante a história. As eleições de 2018 demonstram o quanto à população foi afeta a esse discurso conservador e pregador da “moral”, tendo um partido conservador o PSL, o melhor resultado nessas eleições, conforme gráfico a seguir:

⁹Gostaria de ressaltar que o mesmo slogan fazia parte de uma das lições de Salazar. Salazar foi primeiro-ministro no Estado Novo que se instaurou em Portugal após o golpe militar de 28 de maio de 1926. Foi o responsável por instaurar uma ditadura inspirada no fascismo Italiano que ficou conhecida como “Salazarismo”. Salazar proibiu greves, estabeleceu uma forte censura, organizou uma polícia política e oprimiu a oposição. Foi um regime autoritário, que buscou através da censura criar um imaginário social para o Estado Novo, valores como ética e moral fizeram parte do governo de Salazar, que buscou através da propaganda, cinema, documentário, radiofonia disseminar as práticas do governo, de forma a seduzir uma classe média preocupada com o cenário econômico do período pós-guerra. BRITO, Carla. *Estórias da História: A Lição de Salazar*. In: *Estórias da História*. 2013. Disponível em: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2013/01/a-licao-de-salazar.html>. Acesso em 16 outubro 2018.

Gráfico 1 - Partidos nas Eleições de 2018



Fonte: Da autora baseado em dados do TSE (2018).

Importante ressaltar que Bolsonaro se elegeu com um discurso de antipetismo muito forte, se colocando comopositor à esquerda e ao PT. Levantando bandeiras de anticorrupção, se colocou como defensor da constituição, da democracia e da liberdade.

A eleição de Jair Bolsonaro, comprovou o fenômeno global da ascensão do conservadorismo e da extrema-direita. Mesmo com um vago plano de governo¹⁰, com discurso contra as minorias e com um saudosismo a ditadura, Jair Bolsonaro foi eleito por mais da metade da população.

¹⁰BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 16 outubro 2018.

Figura 3 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

CONTRA A ESQUERDA: NÚMEROS E LÓGICA

- As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando: pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...
- EUA, Áustria, Alemanha, Suécia, Noruega, Finlândia, Israel, Suíça, Canadá, etc, são países onde existe uma arma de fogo na maioria dos lares. Coincidentemente, o índice de homicídios por armas de fogo é muito menor que no Brasil. No Canadá, são 600 homicídios por ano! Em Israel 110 e Suíça 40!
- Peguemos o exemplo de nossos vizinhos: Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Um tratamento estatístico mostrará uma correlação inversa entre armas nos lares e homicídios!
- Já a Venezuela, que aumentou a restrição às armas da população civil, está com o dobro de homicídios do Brasil: quase 60 por 100 mil. Com 31 milhões de habitantes, matam 17 mil por ano! Seria como 120 mil homicídios no Brasil por ano!

País	Quantidade de armas a cada 100 residentes	Mortes por arma de fogo por 100.000 Habitantes	Ranking Mundial Posse de Armas
Uruguai	32,0	6,6	8º
Argentina	12,6	5,8	61º
Paraguai	17	15,1	37º
Chile	10,7	5,2	59º
Brasil	8,8	30,3	75º

BOLSONARO2018

Fonte: BRASIL (2018).

Figura 4 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro

BRASIL ACIMA DE TUDO
DEUS ACIMA DE TODOS

O PROBLEMA É O LEGADO DO PT DE INEFICIÊNCIA E CORRUPÇÃO

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, EM R\$ BILHÕES



Está previsto pelo atual governo que para 2019 o Brasil terá déficit primário de R\$ 139 bilhões, que tentaremos reduzir rapidamente. Temos o objetivo de equilibrar as contas públicas no menor prazo possível, buscando um superávit primário que estabilize a relação dívida / PIB. O desafio inicial também será organizar e desaparelhar as estruturas federais,

O déficit nominal de 2019, que inclui os juros da dívida, é previsto em R\$ 489,3 bilhões (6,5% do PIB). O valor das renúncias tributárias é de R\$ 303,5 bilhões (19% da arrecadação). O déficit dos regimes de Previdência Social está previsto em R\$ 288,3 bilhões.

BOLSONARO2018

Fonte: BRASIL (2018).

Figura 5 - Plano de governo do Presidente Jair Bolsonaro

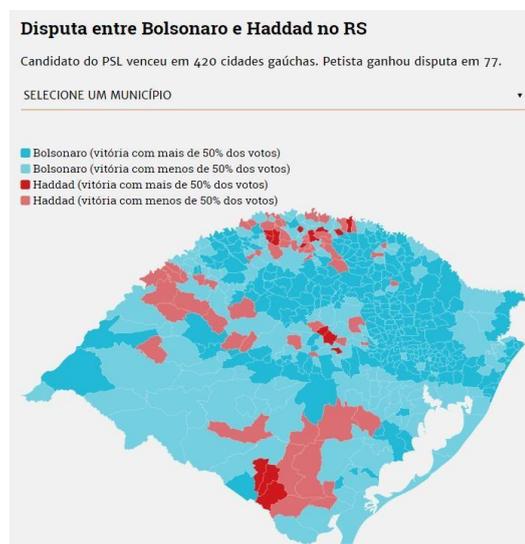


Fonte: BRASIL (2018).

Apesar de ter outros candidatos para a Presidência, o marcante foi o embate político direto entre o PT com Fernando Haddad como candidato, e o PSL com Jair Bolsonaro.

No Rio Grande do Sul, o Presidente Jair Bolsonaro teve uma grande aceitação, onde predominantemente teve vitória. Com destaque para o município de Nova Pádua na serra gaúcha, onde recebeu 82,75% dos votos no segundo turno. Conforme o mapa a seguir:

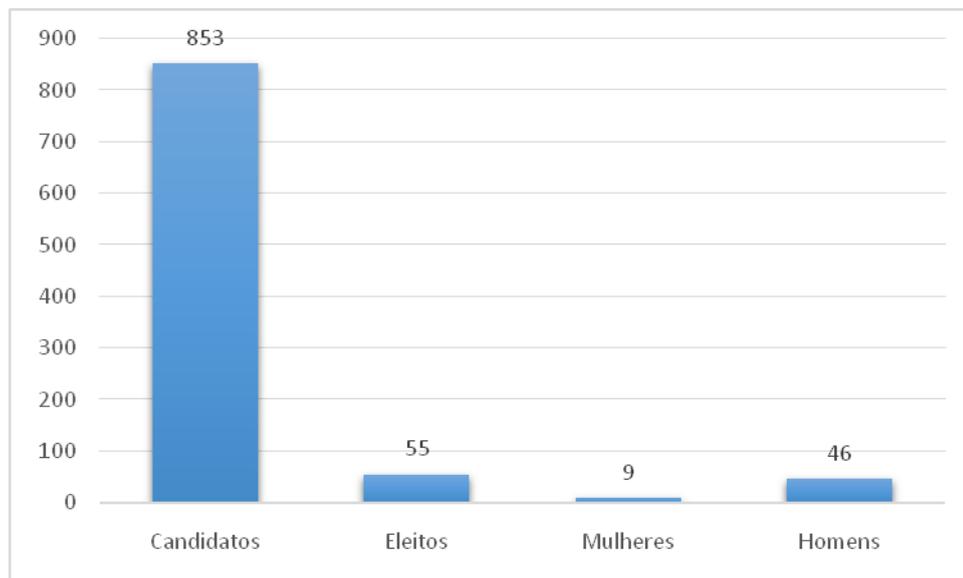
Figura 6 - Disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad no Rio Grande do Sul



Fonte: KERVALT (2018).

Na presente pesquisa, interessa sobretudo como as candidatas mulheres se colocaram em um cenário marcado por discursos conservadores e moralmente reguladores. Destaca-se nesse contexto o Rio Grande do Sul. Dentre todos candidatos eleitos, apenas 31,6% eram mulheres. No Rio Grande do Sul, ao todo foram 853 candidatos para deputado estadual e 55 eleitos, dentre esses candidatos, 67,9% eram homens e 31,1% mulheres. De acordo com dados do TSE:

Figura 7 - Eleições de 2018 no Rio Grande do Sul



Fonte: Da autora baseado em dados do TSE (2018).

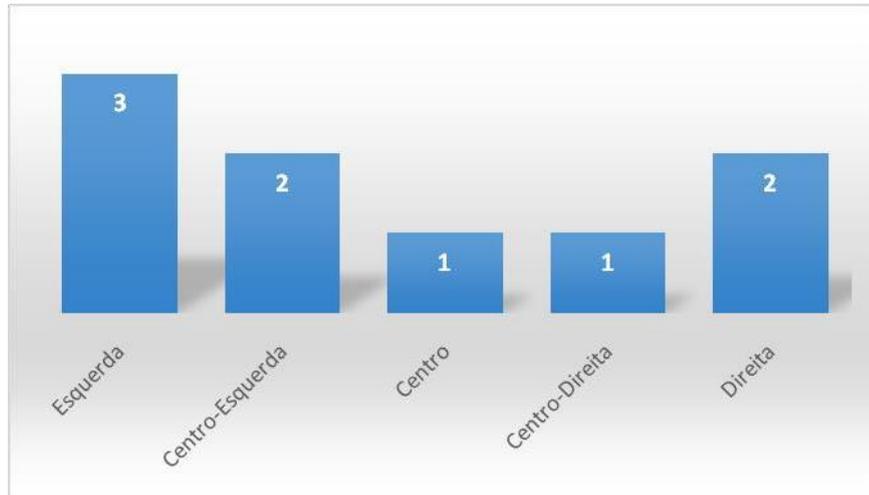
Observa-se no gráfico acima, as mulheres no Rio grande do Sul, não chegaram a um terço dos eleitos para as 55 vagas disponíveis, demonstrando a hegemonia masculina no estado. O deputado mais votado no Rio Grande do Sul, foi o Tenente-Coronel Zucco do partido PSL, com um total de 166.747 votos, PT e MDB, tiveram o maior número de cadeiras na Assembleia, tendo cada partido eleito 8 candidatos dentre os 55(G1, 2018)¹¹.

Dentre as mulheres eleitas para deputadas estaduais estão: Any Ortiz (PPS); Fran Somensi (PRB); Franciane Bayer (PSB); Juliana Brizola (PDT); Kelly Moraes (PTB); Luciana Genro (PSOL); Silvana Covatti (PP); Sofia Cavedon (PT); Zilá Breitenbach (PSDB). Com base na definição ideológica dos partidos brasileiros de

¹¹O quadro 3 Apêndice A, mostra todos os deputados eleitos por ordem de número de votos.

Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 93), foram separados os partidos das candidatas em esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, conforme tabela a seguir:

Figura 8: Ideologia partidária das mulheres eleitas



Fonte: Da autora (2019)

Em 2014 foram 7 mulheres eleitas para deputadas estaduais no Rio Grande do Sul, em 2018 foram 9, o que demonstra um pequeno aumento, mas relevante, já que entre todos os deputados eleitos, 3 dessas mulheres estão entre os mais votados. A deputada mais votada entre as mulheres foi Any Ortiz (PPS), com quase 95 mil votos. A segunda mulher mais votada foi Silvana Covatti (PP), com 75 mil votos. Em terceiro, vem Luciana Genro (PSOL), com 74 mil votos (CLEMENTE, 2018).

Any Ortiz (PPS), a deputada mais votada entre as mulheres, é advogada formada pela PUCRS, aos 28 anos foi eleita vereadora em Porto Alegre, em 2014 se candidatou a um cargo na Assembleia Legislativa e se elegeu, agora em 2018 se reelegeu sendo a terceira mais votada entre todos os deputados e a primeira entre as mulheres. Silvana Covatti (PP), começou sua carreira política atuando como voluntária nos bastidores, depois acabou assumindo a Presidência da Mulher Progressista no Rio Grande do Sul. Em 2016, foi a primeira mulher a assumir a Presidência da Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul, em 2018 se elegeu para o seu quarto mandato como deputada (CLEMENTE, 2018). Luciana Genro, é advogada e fundadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), já cumpriu dois

mandatos como deputada estadual e dois como deputada federal (CLEMENTE, 2018).

Nas eleições de 2018, dentre os partidos que mais tem representantes femininas está o PSOL e o PT. Sendo o perfil das mulheres eleitas muito diverso, com representantes brancas, negras, jovens, indígenas. A mais nova deputada eleita foi Tabata Amaral (PDT), com 24 anos, tendo recebido mais de 260 mil votos, e a mais velha é a Luiza Erundina (PSOL), que foi para o seu sexto mandato como deputada aos 83 anos. Ao todo, a bancada feminina passou de 51 para 77 representantes, o que representa 15% das cadeiras. Em um contexto geral das eleições, o número de mulheres eleitas que fazem parte de um partido de esquerda dobrou. Eram 12 mulheres, nas eleições de 2018 o número foi para 23, sendo metade dessas mulheres a primeira vez que ocupam uma cadeira no Parlamento (MENEZES, 2018).

É importante ressaltar que junto com esse crescimento das mulheres na Câmara e também o crescimento de mulheres filiadas a partidos de esquerda, o número de mulheres filiadas a partidos de extrema-direita e conservadores cresceu, sendo mulheres filiadas a partidos de direita a maioria nessa representação (AFLALO, 2019). Esse crescimento de mulheres filiadas a partidos de Direita, lança luz a um desafio ao movimento feminista entre as deputadas eleitas, conforme descreve Aflalo (2019):

O grande desafio instaurado então será a delicada articulação dos movimentos feministas com as deputadas eleitas e entre elas mesmas para a aprovação de projetos que promovam a igualdade de gênero e garantam os direitos das mulheres. Se as deputadas de esquerda quiserem ser maioria, elas necessariamente terão de se aliar ao menos com as do centro, caso contrário terão muita dificuldade em levar adiante seus projetos. Para isso, é preciso buscar convergências que superem as diferenças de valores, muitas vezes gritantes. Declarações dadas por algumas das deputadas de partidos conservadores indicam que a pauta de combate à violência contra mulher pode ser um (talvez o único) ponto de encontro para alguma ação conjunta da bancada feminina.

Conforme descrito acima, retrocessos e dificuldades para as mulheres, podem ser defendidos pelas próprias deputadas eleitas, pois a ideologia pode sobrepor o fato de ser mulher e representar as mulheres, opondo a política de representação à política de ideias (AFLALO, 2019).

Dentre as mulheres eleitas no Rio Grande do Sul, há um certo equilíbrio entre os partidos de direita e de esquerda. São 5 deputadas eleitas de partidos de

ideologia de esquerda e centro-esquerda e 4 de partidos de direita e centro-direita. Dentre as deputadas eleitas, destaco a deputada Luciana Genro (PSOL) já citada anteriormente, e a Juliana Brizola (PDT), ambas de partidos de esquerda e com uma característica comum, fazem parte de famílias políticas. No próximo capítulo, buscarei descrever um pouco da trajetória das candidatas e analisar as suas propostas de governo, para entender como as candidatas se mobilizaram nessa eleição marcada por eleitos em sua maioria, filiados a partidos conservadores de extrema-direita.

4 AS MULHERES DE FAMÍLIAS POLÍTICAS NO RS E A CAMPANHA DE 2018

A fim de compreender os usos da herança familiar, faz-se necessária a análise das famílias políticas, das carreiras políticas¹² das candidatas em estudo, e da mobilização política das mesmas nas eleições de 2018. Para isso, a primeira parte do capítulo trata sobre os nomes de maior destaque nas famílias Genro e Brizola no cenário político. Por sua vez, a segunda parte do capítulo trata sobre as carreiras das candidatas através das hipóteses de interesse. Foram utilizadas as informações sobre a carreira política das deputadas disponibilizadas em seus sites oficiais. Por fim, a terceira parte é a análise dos materiais visuais de campanha das candidatas nas eleições de 2018. Os documentos escritos foram analisados com base em uma abordagem qualitativa documental que se baseou nas variáveis destacadas em estudos anteriores sobre as carreiras de deputadas (CAMPOS, 2015), baseando-se na análise de documentos disponibilizadas pelas deputadas em seus sites e perfis oficiais. As imagens foram analisadas com base no método da iconografia e iconologia por meio dos conceitos e etapas de pesquisa de Erwin Panofsky, expostos em sua obra intitulada “Significado nas Artes Visuais” (PANOFSKY; KNEESE; GUINSBURG, 2002). De acordo com (PANOFSKY et al., 2002), Iconografia é a área da história da arte que trata do conteúdo ou mensagem das obras analisadas em contraponto à sua forma. O autor separa a metodologia em três etapas: a) Tema primário ou natural; b) Tema secundário ou convencional; c) Significado intrínseco ou conteúdo. A primeira etapa é a identificação das formas puras, eventos e os objetos existentes na imagem, é a descrição pré-iconográfica. A segunda etapa, o autor descreve como análise iconográfica, pois consiste na ligação da imagem com conceitos e assuntos de interesse. A terceira etapa, o autor chama de descrição iconológica, que consiste na descoberta e na interpretação dos valores simbólicos que estão presentes nas imagens.

4.1 AS FAMÍLIAS GENRO E BRIZOLA

No cenário Político brasileiro, o principal ator político na família Genro, é Tarso Genro. Tarso Fernando Herz Genro, nascido em 1947 em São Borja no Rio Grande do Sul, é filho de Adelmo Genro e de Elly Herz Genro. Seu pai Adelmo

¹² Para compreender a importância das carreiras políticas no acesso a política e na posição que o indivíduo pode ocupar em uma estrutura reservada para a “elite” política, ver livro de MARENCO, André. Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013

também teve carreira na política, foi vereador e vice-prefeito de Santa Maria. Tarso iniciou sua carreira na política cedo, aos 19 anos de idade concorreu como vereador no município de Santa Maria, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que na época, fazia oposição ao regime militar instaurado no Brasil em 1964. Depois de eleito, ingressou na Ala Vermelha do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Quando concluiu a faculdade de direito em 1970, retirou-se do mandato em protesto ao regime militar, passou a ser perseguido e obrigou-se a exilar-se no Uruguai, onde ficou até 1979. Com o seu retorno ao Brasil e com a reorganização partidária, ingressou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em 1982, depois de deixar o partido, ingressou no PT (Partido dos Trabalhadores), onde está filiado até os dias de hoje (JUNQUEIRA et al., 1984-2010).

Tarso exerceu os seguintes mandatos pelo PT: Deputado Federal (1989-1991); Prefeito de Porto Alegre (1993-1996); Prefeito de Porto Alegre (2000-2001); Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2004); Ministro da Educação (2004-2005); Ministro das Relações Institucionais (2006-2007); Ministro da Justiça (2007-2010); Governador do Rio Grande do Sul (2010-2014)¹³.

Conforme (JUNQUEIRA et al., 1984-2010), Tarso foi um grande opositor de Fernando Henrique Cardoso em sua trajetória política, foi autor de inúmeros artigos na época do governo de Fernando Henrique, defendendo que a socialização do Estado deveria ser feita por meio do controle da população e que a mesma deveria participar mais da gestão dos orçamentos públicos. Responsabilizou a elite brasileira pela crise do Estado e foi contrário também, aos projetos de privatizações do governo.

Apesar dos trunfos, Tarso ao longo de sua trajetória, sofreu várias derrotas políticas. Como Junqueira et al. descreve, Tarso analisou suas derrotas como consequência de um sentimento de antipetismo que crescia, alimentado pela imprensa do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a família Brizola tem Leonel Brizola como seu principal ator político Leonel de Moura Brizola. Brizola nasceu no município de Carazinho no Rio Grande do Sul em janeiro de 1922, filho de José de Oliveira Brizola e de Oniva de Moura Brizola, veio de uma família de agricultores, cujo pai foi assassinado quando

¹³ Para compreender melhor a trajetória de Tarso, seria importante compreender melhor o partido ao qual esteve vinculado mais tempo, o Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre o PT, existe vasta bibliografia na Ciência Política. Ver: SECCO, Lincoln. *História do PT*. 5ª edição revista ed. Cotia, SP: Ateliê, 2018; Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. *PP.*, v. 9, p. 15, 2009; DACANAL, José Hildebrando. *A nova classe e a história do PT*. Porto Alegre, RS: Soles, 2017; PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008.

tinha apenas 1 ano por tropas do governo por conta de uma guerra civil desencadeada pela eleição da Presidência no Rio Grande do Sul.

Brizola iniciou sua carreira política em 1945, quando ingressou no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Brizola era um adepto das ideologias de Getúlio Vargas, e integrou no PTB um grupo de sindicalistas de Porto Alegre. Em janeiro de 1947, Brizola elegeu-se Deputado Estadual pelo PTB, defendendo pautas sobre o movimento estudantil.

Brizola casou-se em 1950 com Neusa Goulart, que era irmã do deputado do PTB João Goulart, Vargas foi padrinho do casamento. Sendo assim, Brizola teve um grande papel na candidatura de Vargas a Presidência, na qual foi lançada oficialmente por João Goulart. Vargas venceu as eleições para Presidência pelo PTB, e no mesmo ano Brizola reelegeu-se Deputado Estadual, onde exerceu por 1 ano o mandato na Assembleia Gaúcha. Em 1952 foi nomeado Secretário de Obras do estado.

Em 1954, Brizola elegeu-se Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Em 1955, foi eleito Prefeito de Porto Alegre, iniciando sua gestão em 1956, priorizando a classe trabalhadora, melhoria nas escolas primárias e no transporte público. O ponto forte de Brizola no seu mandato, foi a criação de escolas municipais em vilas populares.

Em 1958, Brizola elegeu-se pelo PTB Governador do estado, onde voltou-se para pautas como o desenvolvimento econômico, defendendo os processos de industrialização do estado, defendendo a criação de um parque industrial diversificado, tornando-se uma referência para a esquerda nacionalista.

Em 1961, Brizola ficou bastante conhecido por iniciar a “Campanha da Legalidade”, onde defendeu o direito do cunhado João Goulart, em assumir a Presidência quando Jânio Quadros renunciou, já que os militares tentaram impedir que João Goulart assumisse. Brizola criou um movimento de resistência, ocupando emissoras de todo o estado, além de emissoras de rádio gaúchas e catarinenses, para fazer uma chamada para mobilizar a população em prol da defesa da posse de João Goulart. Pelo movimento que foi encabeçado por Brizola, os militares cederam ao desejo da população de que João Goulart assumisse, porém, impuseram a condição de que o regime fosse parlamentarista, diminuindo assim os poderes do Presidente (KELLER et al., 1984-2010).

Em 1962, Brizola elegeu-se Deputado Federal pela Guanabara. Em 1964, após um golpe de estado que derrubou João Goulart, Brizola exilou-se no Uruguai, com a ideia de incentivar o exército local e restaurar o governo deposto, onde só retornou em 1979, com a ideia de restaurar o PTB, como um movimento radicalista de esquerda. Brizola foi impedido de utilizar o mesmo nome do partido, por isso, fundou um partido novo, o PDT (Partido Democrático Trabalhista)¹⁴.

Em 1982, Brizola concorreu a governador do Rio de Janeiro onde elegeu-se com larga escala de votos. Em 1990 foi reeleito Governador do Rio de Janeiro, após ter sido derrotado na candidatura à Presidência em 1986. Em 1994 voltou a concorrer a um cargo na Presidência no qual sofreu nova derrota, o que foi considerado como o fim do “Brizolismo” como política nacional (KELLER et al., 1984-2010).

Pelo PTB, Brizola exerceu os seguintes mandatos: Deputado Estadual (1947-1950); Deputado Estadual (1950-1954); Deputado Federal (1954-1955); Prefeito de Porto Alegre (1956-1958); Governador do Rio Grande do Sul (1958-1962); Deputado Federal pela Guanabara (1962-1964). Pelo PDT, exerceu os seguintes mandatos: Governador do Rio de Janeiro (1983-1987); Governador do Rio de Janeiro (1990-1994) (KELLER et al., 1984-2010).

4.2 A CARREIRA POLÍTICA DAS DEPUTADAS EM ESTUDO

Luciana Genro e Juliana Brizola, semelhantemente, possuem famílias políticas e herdaram o capital político, social, cultural e econômico. Apesar de terem contado com o mesmo mecanismo de ingresso na política, possuem trajetórias distintas. A presente análise terá como foco as seguintes variáveis para a compreensão da carreira das deputadas: 1) Filiação partidária; 2) Migração partidária; 3) Histórico de mandatos; 4) Herança familiar. As variáveis destacadas foram inspiradas na dissertação de mestrado de Camila Goulart de Campos, na qual faz uma análise das carreiras políticas das deputadas eleitas na Assembleia Legislativa/Distrital no Brasil nas eleições de 2010 (CAMPOS, 2015). Para tanto,

¹⁴ Para compreender melhor sobre a criação do PDT, ver: MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 3, p. 399, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>.

parte dos dados apresentados pelas próprias deputadas em seus sites oficiais por meio de uma abordagem qualitativa¹⁵.

4.2.1 A carreira política de Luciana Genro através do seu site oficial

Luciana Krebs Genro, tem 48 anos e além de uma carreira política, possui carreira como advogada. Ao todo, são 30 anos de militância, tendo iniciado aos 14 anos de idade no colégio Júlio de Castilhos (Julinho) em Porto Alegre, escola que é conhecida por ser um local de bastante militância dos estudantes. Foi filiada ao PT entre 1994 e 2005. Se desvinculou do partido em 2005, para fundar o PSOL, ao qual é filiada desde 2005. Pelo PT exerceu os seguintes mandatos: Deputada Estadual (1994-1998); Deputada Estadual (1998-2002); Deputada Federal (2002-2006). Pelo PSOL, por sua vez, exerceu os seguintes mandatos: Deputada Federal (2006-2010); Deputada Estadual (2018-2022).

O primeiro mandato de Luciana como Deputada Estadual vinculada ao PT (1994-1998) foi aos 24 anos de idade, Luciana destaca que era conhecida como uma representante da luta da juventude e dos trabalhadores. Tendo seu primeiro mandato ficado marcado pela sua luta contra o desmonte do estado e o combate a corrupção. No seu segundo mandato como Deputada Estadual pelo PT (1998-2002), onde foi reeleita com o dobro de votos que obteve na primeira eleição, Luciana destaca que acabou construindo uma relação com os trabalhadores que fizeram uma longa greve contra o governo petista. Onde se colocou contra o seu próprio partido para defender a classe dos trabalhadores, sofrendo inclusive sanções e represálias pelo partido. Em 2002 se candidatou a Deputada Federal pelo PT e foi eleita (2002-2005), num contexto em que o PT passava por mudanças em suas pautas. Conforme Luciana destaca, o ex-presidente Lula em sua campanha divulgou uma carta que se chamava “A Carta ao Povo Brasileiro”, reafirmando o compromisso do governo de manter a política econômica do Fernando Henrique Cardoso. Diante desse contexto, Luciana entrou em choque direto com o governo petista, alertando que ou o governo Lula cumpria o compromisso da mudança ou cumpria o compromisso com os banqueiros. Luciana descreve que o momento de maior tensão

¹⁵GENRO, Luciana. *Quem é Luciana Genro*. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/bio/>. Acesso em: 28 outubro 2019.

BRIZOLA, Juliana. *Quem Sou • Juliana Brizola*. Disponível em: <https://julianabrizola.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 28 outubro 2019a.

foi quando o governo do PT enviou a proposta de reforma da previdência e queria que todos deputados votassem a favor, Luciana Genro, assim como outros deputados do PT votaram contra a reforma e foram considerados “radicais”. Em 2003, o Diretório Nacional do PT, votou a expulsão dos “radicais”. Roberto Robaina que na época fazia parte do Diretório Nacional, se desvinculou do partido e junto com outros dirigentes e políticos do Brasil, deu início ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), um desses políticos era Luciana Genro. O PSOL foi legalizado e fundado oficialmente em 2005, tendo Luciana rompido com o PT e migrado para o PSOL.

O terceiro mandato de Luciana, o primeiro como Deputada Federal, a deputada destaca que foi marcado para além da construção do novo partido, o embate e a frente política que ela fez ao PT. Luciana teve vários projetos aprovados no seu mandato como Deputada Federal, tendo alguns projetos em destaque, como o projeto que regulamentava o imposto sobre as grandes fortunas, porém, quando o PLC de Luciana foi aprovado, toda a elite política se voltou para a Câmara Federal. Luciana apresentou vários projetos no seu mandato de tributação para as grandes fortunas, tendo como foco extinguir certas isenções e impostos dos bancos por exemplo, e diminuir impostos para a classe trabalhadora.

Em outubro de 2006, Luciana foi reeleita Deputada Federal (2006-2010) pelo Rio Grande do Sul, dessa vez como candidata pelo PSOL, obteve mais de 180 mil votos, sendo a deputada mais votada de Porto Alegre e a quarta mais votada no Estado.

Desde 2011 Luciana não assumia um cargo parlamentar até as eleições de 2018, onde se elegeu Deputada Estadual (2018-2022), sendo a terceira mais votada entre as mulheres no Rio Grande do Sul. Mesmo não tendo assumido nenhum cargo nesse período, continuou na militância e defendendo o direito das minorias, principalmente a frente da luta pelo direito das mulheres e da população LGBT. Foi nesse período que Luciana criou o Emancipa – Educação Popular, um cursinho gratuito para jovens de baixa renda para preparação do vestibular. Em 2017, criou o Emancipa Mulher, uma escola feminista, promovendo palestras em Porto Alegre e pelo Rio Grande do Sul, debatendo diversos assuntos e ajudando na formação de mulheres.

De volta a câmara dos deputados em 2018, nos quatro primeiros meses Luciana já apresentou 35 projetos de lei de luta, dentre uma delas, a conquista da

Comissão Especial para Análise da Violência contra a População LGBT. “O novo mandato de Luciana Genro é uma trincheira de luta em defesa dos trabalhadores, do funcionalismo, da juventude, das mulheres, das LGBT’S e de todos que se organizam para enfrentar a exploração, a discriminação e o desmonte dos serviços públicos”(GENRO, [s.d.]).

A análise qualitativa permite verificar que, em seu site oficial, Luciana destaca o papel do pai em sua trajetória. A deputada destaca que teve contato com a política desde cedo através do Pai Tarso Genro e do avô Adelmo Genro que foi prefeito de Santa Maria. Tarso exilou-se no Uruguai, pouco tempo depois do nascimento de Luciana, só retornou ao Brasil em 1974 se mudando com a família para Porto Alegre. Luciana possui uma herança familiar, onde herdou o capital político, social, cultural e econômico do pai Tarso Genro. Fez parte do mesmo partido do pai (PT) até o seu rompimento e fundação do PSOL. Interessante ressaltar que mesmo tendo a herança familiar como mecanismo de ingresso à política, Luciana rompeu com o partido do qual ela e o pai eram filiados, tendo se colocado inclusive como oposição ao partido do próprio pai. Demonstrando a não reivindicação da herança política presente na sua trajetória apesar ter sido o seu mecanismo de entrada no campo político.

4.2.2 A carreira política de Juliana Brizola através de seu site oficial

Juliana Brizola, nasceu na cidade de Porto Alegre, tem 44 anos e estudou no Colégio Farroupilha em Porto Alegre, após concluir o ensino médio, retornou ao Rio de Janeiro, onde fez sua graduação em Direito. Após a conclusão do curso, retornou a Porto Alegre, onde cursou especialização em Ciências Criminais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Filiada ao PDT desde os 18 anos, Juliana exerceu os seguintes mandatos: Vereadora (2008-2010); Deputada Estadual (2010-2014); Deputada Estadual (2014-2018); Deputada Estadual (2018-2022). Juliana está filiada ao PDT até hoje, nunca houve rompimento com o partido. No seu primeiro mandato como vereadora (2008-2010), levando as bandeiras deixadas pelo avô, alcançou a maior votação do seu partido na capital. Juliana destaca que presidiu diversas comissões, e que na época foi defensora na luta por melhorias nas condições de vida para os moradores da Vila Chocolate, abraçando também a luta pelo transporte coletivo. Em 2010, com a vontade de ampliar sua luta

foi eleita Deputada Estadual (2010-2014) pelo PDT, foi seu primeiro cargo na câmara parlamentar. Assumiu o mandato em 2011, sendo a deputada mais votada do partido, pautada na luta pelas melhorias na educação pública. Em 2013, Juliana assumiu a liderança do PDT na Assembleia, aprovando a Comissão Especial em Defesa da Escola de Tempo Integral, destacando que levou adiante o projeto do avô Leonel Brizola. Em 2014, foi reeleita Deputada Estadual (2014-2018). Após o nascimento dos seus dois filhos, Juliana expõe que foi motivada pela causa das mães e das mulheres. Em 2018, foi eleita mais uma vez Deputada Estadual (2018-2022), dando continuidade à sua defesa da Escola em Tempo Integral e na defesa de mães/mulheres que trabalham possam conciliar o trabalho com a maternidade.

Juliana destaca em seu site oficial o seu parentesco com o avô Leonel Moura Brizola, onde descreve que nos seus primeiros anos de vida viveu no Uruguai em função do exílio do avô imposto pela ditadura, retornando em 1979 ao Brasil com a família, por meio da reabertura democrática.

A deputada destaca que a política fez parte da sua vida desde cedo, se espelhando na ambição do avô e em sua luta. Quando Brizola foi eleito governador em 1982, Juliana passou a morar no Rio de Janeiro, convivendo muito com o avô e toda sua rede política, que até hoje fazem parte do seu círculo de convivência. Na análise qualitativa, fica claro que as pautas que Juliana defende são as mesmas pautas que o avô defendia, como a Escola em Tempo Integral e que Juliana busca levar adiante o projeto do avô, aliando com suas pautas, onde uma delas é a defesa de mães/mulheres que trabalham possam conciliar o trabalho com a maternidade.

Além da herança política familiar herdada do avô, o que parece mais pertinente, é o capital social herdado, pois seu avô foi uma figura muito importante na história do Brasil, tendo deixado um legado na história, do qual Juliana faz questão de defender e levar adiante.

4.3 ANÁLISE DOS MATERIAIS DE CAMPANHA DAS DEPUTADAS EM ESTUDO

Para fazer a análise dos materiais de campanha, conforme as etapas da metodologia iconográfica e iconológica proposta por Panofsky, foram separadas seis imagens – fotografias retiradas de redes sociais oficiais das deputadas -, três relativas à deputada Luciana Genro e, três relativas à deputada Juliana Brizola.

Na figura 9, na análise iconográfica, observa-se Luciana Genro presente duas vezes, uma delas ao fundo de forma desfocada, e a outra, à frente da imagem de forma nítida. Ao fundo, está acompanhada de inúmeras pessoas, as quais estão com as mãos levantadas para cima. Em ambos os contrastes, Luciana Genro está com expressão facial de felicidade, na medida em que se verifica sorriso em seu rosto. À frente da imagem, Luciana está com uma camisa cinza acompanhada do seu nome, cargo ao qual foi eleita e junto da sigla (logo) do partido, ao lado está a seguinte frase: “Esquerda em Movimento”.

Figura 9 - Campanha política de Luciana Genro



Fonte: GENRO, Luciana. *Luciana Genro - Página inicial*. 2018. Facebook: Luciana Genro. Disponível em:

<https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/p.2539026256142260/2539026256142260/?type=1&theater>. Acesso em 30 out. 2019a.

Conforme análise iconológica, as pessoas presentes no fundo da imagem com as mãos levantadas para cima, ao lado de Luciana Genro, indicam que as mesmas estão presenciando um ato político. A imagem remete ao movimento político movido por Luciana Genro. A frase “Esquerda em Movimento” presente na imagem, é o seu slogan de campanha. Percebe-se também, a ausência da figura política de seu pai, Tarso Genro. Isto se dá, pois, a sua campanha não busca diferir o seu histórico familiar político.

Na figura 10, conforme primeira etapa de análise, verifica-se à direita da imagem Luciana Genro com o braço direito para cima e a sua mão fechada. O fundo da imagem é da cor laranja e, Luciana está usando uma camiseta branca com adesivos com a expressão “Fora Temer” e com um óculo escuro pendurado na camiseta. Luciana está com a boca entreaberta. À esquerda da imagem, existe a seguinte frase na cor roxa: “ Em um cenário que a extrema direita cresce, precisamos da coragem de Luciana Genro na Assembleia”. Abaixo da frase está o nome de Luciana, acompanhado do seu número de inscrição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para votação, e o cargo ao qual se elegeu nas eleições de 2018.

Figura 10 - Campanha Política de Luciana Genro



Fonte: GENRO, Luciana. *Luciana Genro - Fotos*. 2018. Facebook: Luciana Genro.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/a.141045489273694/2142857379092485/?type=3&theater>. Acesso em 9 nov. 2019b.

Na segunda etapa de análise, percebe-se que o braço para cima de Luciana com a mão fechada, simboliza luta e resistência. À expressão “Fora Temer” nos adesivos presentes na sua camiseta, indicam a sua opinião política. Denota-se que a sua expressão facial demonstra luta pelos seus ideais, estando com a boca entreaberta expressando diálogo passível de ser escutado para e/ou com o público. Nota-se na imagem, que a única figura presente é a de Luciana Genro, não se apoiando em nenhuma outra figura política para diferir a sua campanha. A imagem representa o símbolo de resistência no qual permeia a campanha de Luciana Genro, demonstrando o desacordo com o cenário político do momento e, afirmando que a sua presença na Assembleia é determinante para o combate à ascensão da extrema-direita no país.

Na Figura 11, verifica-se na primeira etapa de análise, Luciana Genro com as mãos na cabeça e com a expressão facial de felicidade. Na parte de cima da sua cabeça, está posicionada uma coroa de rainha, bem como, carrega uma pluma laranja em volta do seu pescoço, adereços que indicam que ela está fantasiada. Ao fundo, percebe-se uma paisagem com pessoas, indicando assim, que está em meio a uma multidão. Na imagem, há posicionado dizeres em cima da foto com as seguintes cores: Rosa, vermelho, amarelo, laranja, verde claro, verde escuro, azul,

lilás e roxo, junto a uma chamada/convite ao público para o comparecimento a 1º Parada LGBTI de Cachoeirinha. No canto esquerdo acima, está o nome de Luciana Genro acompanhado do logo (sigla) do partido do qual Luciana é filiada.

Figura 11 – Campanha Política de Luciana Genro



Fonte: GENRO, Luciana. *Luciana Genro - Fotos*. 2018. Facebook: Luciana Genro.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/a.141045489273694/2190351274343095/?type=3&theater>. Acesso em: 9 nov. 2019c.

Na segunda etapa de análise, verificou-se que as pessoas ao fundo indicam que Luciana está em alguma manifestação política, ou algum evento de rua. Demonstrando com isso, que Luciana busca destacar o caráter popular e jovem do mandato que se propõe. As cores presentes na imagem, indicam a bandeira da diversidade. Uma das pautas da campanha de Luciana Genro é a defesa dos direitos da população LGBTI, onde grande parte do seu eleitorado faz parte deste movimento. Está simbolizado na imagem, que Luciana Genro se posiciona como uma pessoa conectada às juventudes e às pautas progressistas.

Na figura 12, na primeira etapa de análise, percebe-se ao fundo a imagem de Leonel Brizola, avô de Juliana Brizola, com expressão facial sorridente, vestindo camisa social e gravata. A frente está Juliana Brizola, igualmente trazendo em seu rosto expressão sorridente, vestindo uma camisa social azul escura. Na frente da imagem de Juliana Brizola está escrito o seu nome, acompanhado do número de sua inscrição no Tribunal Superior Eleitoral reproduzido em grande fonte escrita,

chamando atenção para a votação na campanha de Deputada Estadual. Embaixo deste, há dois nomes, os quais o partido em que é filiada apoiou nas candidaturas de Governador e Presidente. Em cima da foto, no canto direito, há o logo (sigla) do partido do qual Juliana Brizola é filiada, o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Figura 12 - Campanha Política de Juliana Brizola



Fonte: BRIZOLA, Juliana. *Juliana Brizola - Fotos*. 2018. Facebook: Juliana Brizola.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/a.660089927460597/1306843046118612/?type=3&theater>. Acesso em 30 out. 2019a.

Fica claro na segunda etapa de análise da imagem, a reivindicação da herança política que Juliana faz ao vincular a imagem do avô a sua campanha política. A imagem analisada simboliza a herança política familiar presente na trajetória de Juliana Brizola, e a mobilização política que a mesma fez na sua campanha para Deputada Estadual nas eleições do ano de 2018.

Na figura 13, ao fundo da imagem está presente à figura de Leonel Brizola, com a mão direita fechada para cima, expressando em sua face, felicidade. Na figura, Leonel Brizola está acompanhado da população. No canto direito da imagem, há um cartaz do qual não está claro o que está escrito. A esquerda da imagem está Juliana Brizola com a mão direita para cima aberta e, com a boca entreaberta. Há microfones em frente ao rosto de Juliana. Em cima da figura de Juliana Brizola e do avô, está a seguinte frase “Brizola Vive! ”. No canto esquerdo da imagem está a sigla (logo) do partido.

Figura 13 - Campanha Política Juliana Brizola



Fonte: BRIZOLA, Juliana. *Rotina Parlamentar • Juliana Brizola*. Disponível em: <https://julianabrizola.com.br/rotina-parlamentar/>. Acesso em 10 nov. 2019.

Na segunda etapa de análise, a mão para cima de Leonel Brizola representa um sinal político de luta e força. A população presente ao lado de Brizola na imagem, indica que ele estava participando de uma manifestação ou de uma mobilização de alguma de suas campanhas políticas. O cartaz presente nas mãos da pessoa na imagem, indica que a população estava reivindicando algum direito ou manifestando opinião política, conectando-se assim com as demandas dos movimentos sociais. Os microfones em frente ao rosto de Juliana, indicam que ela está falando para alguém, provavelmente para um número grande de pessoas. Fica claro que o objetivo da imagem, é vincular a figura de Juliana Brizola a de seu avô Leonel Brizola, como se ambos dialogassem com a população da mesma forma, levantando as mesmas bandeiras. A frase presente na imagem indica que a luta do avô continua através de Juliana Brizola. Por fim, está simbolizado na imagem, a luta política que permeia durante anos na família Brizola e a aliança que a família possui com a população.

Na figura 14, observa-se Juliana Brizola com o seu tronco corporal inclinado para frente, rodeada de crianças. O fundo da imagem indica que está visitando uma escola ou creche infantil. A sua expressão facial, bem como a das crianças é de felicidade. Na parte de cima da imagem, está escrita a frase “Escola de Tempo

Integral é Política Séria”. No canto esquerdo da imagem a o cargo do qual Juliana elegeu-se, junto com o seu nome e com o seu número de inscrição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Figura 14 - Campanha Política Juliana Brizola



Fonte: BRIZOLA, Juliana. *Juliana Brizola - Fotos*. 2018. Facebook: Juliana Brizola.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/a.663302390472684/1323734871096096/?type=3&theater>. Acesso em 10 nov. 2019b.

Na segunda etapa de análise, verificou-se que a posição corporal de Juliana na imagem, demonstra intimidade, proximidade e acolhimento para com as crianças. A frase presente na imagem, indicam que Juliana defendeu em sua campanha a mesma pauta no qual o avô Leonel Brizola defendia. Está simbolizado na imagem, as bandeiras no qual a campanha de Juliana Brizola se espelha. O fato de estar rodeada de crianças, em uma escola ou em uma creche, bem como, considerando a frase presente na imagem, resta claro que a sua luta é a mesma deixada pela herança de seu avô.

Sendo assim, ante a análise das imagens acima colacionadas, percebe-se através dos materiais de campanha das candidatas, a maneira como elas querem ser vistas pelo o seu eleitorado. Luciana Genro com o slogan de “esquerda em movimento” defende as suas pautas e segue na linha que permeia sua trajetória política. Por outro lado, Juliana Brizola, com o slogan de “política boa tem nome”

reforça uma das principais heranças deixadas pelo seu avô, qual seja, a identidade, identificada pelo nome imponente de Leonel Brizola, e quer ser conhecida por ele na sua trajetória política, dialogando diretamente com os eleitores que eram adeptos a luta de Leonel Brizola.

5 CONCLUSÃO

O acesso da mulher na política, sempre se deu de maneira mais restrita, se comparadas aos homens. Eles sempre ocuparam o campo político sem que houvesse barreiras sociais derivadas da condição de gênero impostas.

Os conceitos de Pierre Bourdieu aplicados ao longo deste trabalho, ajudaram a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. O habitus, entendido enquanto os sistemas das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas, e das ideologias características de um grupo de agentes, é o que media a relação entre agente social e estrutura. Sendo assim, o habitus influencia as escolhas individuais dos agentes conforme as possibilidades de ação dispostas. Corresponde a um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes, nas suas práticas e nos bens que possuem.

Os capitais, por sua vez, podem ser definidos como sinônimo de poder: são os capitais possuídos em maior ou menor grau, ou a valorização dos mesmos em determinado campo, que irão definir as regras e as posições sociais dos agentes. Eles ajudam os agentes a entrarem no campo político. Possuir os capitais é o mesmo que possuir as ferramentas necessárias de acesso ao campo. O habitus e os capitais, são muito importantes para compreender as carreiras das mulheres na política. As estruturas nas quais as mulheres estão inseridas e os capitais que possuem, irão definir a posição social que ela irá ocupar no campo político. A origem em famílias políticas, pode ser considerado um capital político, uma vez que ele permite acesso privilegiado à outros capitais que compõem o campo político.

Para além dos conceitos, foi importante destacar a importância do feminismo na inserção das mulheres na política. A pesquisa bibliográfica permite concluir que as ondas feministas exerceram um importante papel na mudança do lugar da mulher na estrutura social. Além da importância das mulheres e da luta feminista na frente opostora ao crescimento do conservadorismo e da extrema-direita no Brasil, país onde as crises políticas e o cenário global contribuíram para essa ascensão, de acordo com as referências debatidas na presente monografia.

As eleições de 2018, representam um retrato do cenário político atual no Brasil, mostrando o quanto as mulheres ainda são exceção na política comparada aos homens. Entender a crise política foi fundamental para compreender o cenário

político em que ocorreram as eleições de 2018, onde houve uma grande polarização popular e diversos movimentos, entre eles alguns movimentos de destaque, como: o movimento #EleNão, mobilizado por mulheres e o movimento antipetista, que apoiava o discurso de renovação política e as pautas conservadoras. Compreender como as mulheres oriundas de família políticas se adaptaram a tal contexto, foi o objetivo principal do presente estudo.

Para compreender como as mulheres participaram de tal pleito eleitoral, foi realizada uma análise das campanhas das deputadas de esquerda eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2018, a saber: Luciana Genro e Juliana Brizola. Na análise feita nas carreiras e nos materiais de campanha das Deputadas em estudo, fica claro que apesar da pouca diferença de idade entre as candidatas, percebe-se que a inserção política se deu de maneira diferente.

Luciana ingressou na política mais cedo que Juliana, tendo seu primeiro cargo na Câmara aos 24 anos em 1994. Por sua vez, Juliana, foi vereadora de Porto Alegre em 2008, mas seu primeiro mandato como Deputada Estadual foi em 2010 aos 35 anos. Em comum, as duas candidatas iniciaram a sua luta pautada na Juventude e na militância estudantil. A política fez parte da vida delas desde cedo, Luciana através do pai Tarso Genro e Juliana através do avô Leonel Brizola. Ambas tiveram uma referência política familiar e herdaram as ferramentas necessárias para o acesso ao campo político.

A pesquisa demonstrou diferenças na mobilização do capital político familiar. A análise dos materiais de campanha de 2018 de Juliana, permite verificar que, em sua trajetória, ela resolveu dar continuidade as pautas do avô, que, em um momento anterior da história do Brasil, já defendia pautas identificadas na campanha de 2018. Entre elas, merece destaque a educação, evidenciada pela defesa da Escola de Turno Integral. Luciana passa a mensagem de que o pai foi importante na sua trajetória política, como forma de distingui-la dos demais candidatos, mas não vincula sua campanha ao pai. Já Juliana faz questão de vincular sua imagem e sua luta ao avô. Em vários materiais de campanha de Juliana Brizola selecionados para a análise iconográfica e iconológica, aparecem a figura do avô Leonel Brizola. Pode-se concluir que Juliana faz questão de enaltecer a figura do avô, e deixar claro que está dando seguimento a mesma luta e que herdou os capitais políticos do avô.

Por sua vez, nos materiais de campanha de Luciana Genro que foram analisados

não há a presença do pai Tarso Genro, já deixando claro que uma não reivindica uma identificação política com a figura política do pai. Por outro lado, apesar de Luciana não vincular sua campanha política ao pai, ao abrir sua biografia no seu site oficial, a primeira foto é uma foto com o pai, relatando sobre o exílio do pai no Uruguai, e destacando o seu contato com a política desde cedo.

A análise dos materiais de campanha das eleições de 2018 das Deputadas, serviu para elucidar a maneira como as candidatas mobilizaram o capital político, social, econômico e cultural herdado. Fato é que, as duas Deputadas Estaduais possuem uma carreira firme na política, se mantendo constantemente no cenário político, e se elegeram mais uma vez, mesmo diante de um cenário político de discurso conservador e de renovação política. Os estudos de ambos os casos apontam que, o capital familiar pode ser mobilizado de diferentes maneiras, mas é um capital central para as mulheres. Fica claro na carreira política das duas candidatas, a importância dessa ferramenta para que pudessem adentrar o campo e construir suas carreiras.

A herança política familiar, e o capital herdado, são ferramentas de entrada no campo político essenciais para as mulheres. Diferente dos homens, que usam esse capital para diferenciar dos concorrentes no campo, a pesquisa indica que, para as mulheres, esse capital seria um portal de entrada na política. O campo político é um espaço reservado para a elite, elite essa composta majoritariamente por homens.

A metodologia utilizada neste trabalho, foi de extrema importância para compreender a maneira como as deputadas mobilizaram o capital político herdado nas eleições de 2018. Através dos materiais de campanha foi possível perceber como o capital político familiar pode ser mobilizado por mulheres. A Iconografia e Iconologia podem contribuir para os trabalhos na área das ciências políticas. Todavia, para uma análise mais aprofundada, seria necessário a realização de entrevistas em profundidade com as candidatas eleitas deputadas pelo Rio Grande do Sul. Espero poder realizar essa análise em trabalhos futuros, podendo contribuir com o debate sobre o acesso das mulheres que possuem famílias política e à mobilização ou não dos capitais herdados.

REFERÊNCIAS

- AFLALO, Hannah. *Mais mulheres no Congresso Federal: um avanço que pode significar retrocesso*. *Legis-Ativo*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/mais-mulheres-no-congresso-federal-um-avanco-que-pode-significar-retrocesso/>. Acesso em: 21 out. 2019.
- AMORIM NETO, Octavio. *A crise política brasileira de 2015-2016*. Relações Internacionais, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia*. 2017.
- BEVILAQUA, Juliana. *Maioria entre a população e o eleitorado, mulheres ainda são minoria em cargos eletivos - Política*. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2017/10/maioria-entre-a-populacao-e-o-eleitorado-mulheres-ainda-sao-minoria-em-cargos-eletivos-9968101.html>. Acesso em: 3 maio 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção crítica social do julgamento*. Tr.: Kern Daniela; Guilherme J. F Teixeira. São Paulo: EDUSP Zouk, 2008a.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tr.: Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências sociais da educação).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius, 2008b.
- BOURDIEU, Pierre; FRITSCH, Philippe. O campo político. *Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2*, p. 24, 1999.
- BRITO, Carla. *Estórias da História: A Lição de Salazar*. In: *Estórias da História*. 2013. Disponível em: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2013/01/a-licao-de-salazar.html>. Acesso em 16 outubro 2018.
- BRIZOLA, Juliana. *Quem Sou • Juliana Brizola*. Disponível em: <https://julianabrizola.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 28 outubro 2019a.
- CANCIAN, Renato. *Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa*. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 3 jul. 2018.

CHERQUES, Hermano. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 1, p. 27–53, 2006 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.

CLEMENTE, Gabriela. *RS elege 12 deputadas estaduais e federais em 2018, quatro a mais que na última eleição*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/rs-elege-12-deputadas-estaduais-e-federais-em-2018-quatro-a-mais-que-na-ultima-eleicao.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2019.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. . *PP.*, v. 9, p. 15, 2009.

DACANAL, José Hildebrando. *A nova classe e a história do PT*. Porto Alegre, RS: Soles, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de. *Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. p. 185–213, 2019.

CAMPOS, Camila Goulart de. *Quebrando Barreiras: Uma análise descritiva das carreiras políticas das deputadas eleitas para Assembleias Legislativas/distrital do Brasil nas eleições de 2010*. 118 p. 2015

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica; VANALI, Ana; MONTEIRO, José. *Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa*. v. 05, n. 11, p. 34, 2017.

DIANA, Daniela. *Simone de Beauvoir: biografia, obras e pensamentos*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/simone-de-beauvoir/>. Acesso em: 2 novembro 2019.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. *Significado de Onda. Dicionário de Símbolos*. [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/onda/>. Acesso em: 13 out. 2018. 2008.

Direitos LGBT no Brasil. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Direitos_LGBT_no_Brasil&oldid=55992853. Acesso em: 14 out. 2018.

EQUIPE HUFFPOST. *Leia a íntegra do discurso de posse de Jair Bolsonaro no Planalto*. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2019/01/01/posse-de-bolsonaro-leia-a-integra-do-discurso-do-novo-presidente-no-planalto_a_23631426/. Acesso em: 16 out. 2018.

FERREIRA, Maria Alice Silveira; PEREIRA, Matheus Baccarin. Mulheres contra Bolsonaro: análise de redes do movimento #EleNão e a produção de narrativas no Twitter. p. 27, 2019.

FOGLIATTO, Débora. *Mulheres são apenas 12,7% das eleitas para Assembleia do RS e 9,94% para a Câmara Federal*. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2014/10/mulheres-sao-apenas-127-das-eleitas-para-assembleia-do-rs-e-994-para-a-camara-federal/>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. *Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 2 out. 2018.

FREITAS, Andréa; DA SILVA, Glauco. *Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil*. São Paulo, p. 19, 2019.

G1. *Veja quem são os 55 deputados estaduais eleitos pelo Rio Grande do Sul*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/veja-quem-sao-os-55-deputados-estaduais-eleitos-pelo-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2019.

GASPARETTO, Antonio. *Pierre Bourdieu - Biografia do sociólogo*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/pierre-bourdieu/>. Acesso em: 24 ago. 2018.

GENRO, Luciana. *Quem é Luciana Genro*. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/bio/>. Acesso em: 28 outubro 2019.

GOMES, Gustavo. *Entendendo a Política Atual: Donald Trump e a Onda Conservadora*. Disponível em: <https://diariodamanha.com/colunas/entendendo-a-politica-atual-donald-trump-e-a-onda-conservadora/>. Acesso em: 29 outubro 2018.

GRILL, Igor Gastal. *As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes*. p. 159–197, 2004.

JULIANA BRIZOLA. Disponível em: <https://www.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/a.663302390472684/1323734871096096/?type=3&theater>. Acesso em: 10 nov. 2019a.

JULIANA BRIZOLA - Fotos. Disponível em: <https://www.facebook.com/BrizolaJuliana12/photos/a.660089927460597/1306843046118612/?type=3&theater>. Acesso em: 30 outubro 2019b.

JUNQUEIRA, Eduardo; SOUZA, Luis Otávio; SETEMY, Adriana; SPRITZER, Jean. Tarso Fernando Herz Genro. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1984-2010. Disponível em: [link: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro). Acesso em: 10 de outubro de 2019.

KELLER, Vilma; DIAS, Sônia; COSTA, Marcelo; FREIRE, Américo. Leonel de Moura Brizola. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – DHBB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1984-2010. Disponível em: [link: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro). Acesso em: 10 de outubro de 2019.

KERVALT, Marcelo. *O que fez de Nova Pádua a cidade mais pró-Bolsonaro do Brasil*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/o-que-fez-de-nova-padua-a-cidade-mais-pro-bolsonaro-do-brasil-cjn6equoq04np01piz21i1ez.o.html>. Acesso em: 16 out. 2018.

LÖWY, Michael. *A extrema-direita: Um fenômeno global*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-fenomeno-global/>. Acesso em: 29 out. 2018.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 652–664, 2015 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>.

LUCIANA GENRO - *Fotos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/a.141045489273694/2142857379092485/?type=3&theater>. Acesso em: 9 novembro 2019c.

LUCIANA GENRO - *Fotos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/a.141045489273694/2190351274343095/?type=3&theater>. Acesso em: 9 novembro 2019d.

LUCIANA GENRO - *Página inicial*. Disponível em: <https://www.facebook.com/LucianaGenroPSOL/photos/p.2539026256142260/2539026256142260/?type=1&theater>. Acesso em: 30 outubro 2019e.

MACIEL, David. *De Lula à Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Marxismo21*. [S.l: s.n.]. 2013.

MALIGNANT. *Significado de familismo*. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/familismo/5222/>. Acesso em: 2 out. 2018.

MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno; ALMEIDA, Rodolfo. *10 Índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>. Acesso em: 15 out. 2018.

MARIANO, Silvana Aparecida. Feminismo e estado: desafiando a democracia liberal. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 6, n. 2, p. 1, 2001. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2001v6n2p1>.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. *A Gênese do Movimento Feminista e sua Trajetória no Brasil*. p. 14, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT no exílio). *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v.16, n. 3, p. 399, 2016 <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>.

MAZUI, Guilherme. *Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2018.

MENEZES, Cynara. *Bancada de mulheres de esquerda dobra na Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/bancada-de-mulheres-de-esquerda-dobra-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 21 out. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115–134, 2003 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>.

MORAES, Luís. República de Weimar, suas crises e o Nazismo como alternativa. *Revista Maracanan*, p. 111–133, 2018.

NETO, Henrique. *Pierre Bourdieu - Habitus e Campo*. . [S.l: s.n.]. <https://www.youtube.com/watch?v=OGXtv6PAdVk> Acesso em: 25 maio 2019. [s.d.].

NOLASCO, Loreci Gottschalk. *Mulheres na Política: Entraves e Conquistas*. 2010.

NORONHA, Andrius Estevam. *Análise Teórica Sobre a Categoria “Elite Política” e Instituições da Comunidade Regional*. n. 29, p. 22, 2009.

NUNES, Patrícia. *Simone de Beauvoir e a Segunda Onda Feminista*. Disponível em: <https://medium.com/@4grausdemiopia/simone-de-beauvoir-e-a-segunda-onda-feminista-ab215667a0dd>. Acesso em: 2 novembro 2019.

O GLOBO. *Governo Lula em números, do primeiro mandato à prisão*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-lula-em-numeros-do-primeiro-mandato-prisao-23866996>. Acesso em: 15 outubro 2018.

OLIVEIRA, Amanda; OTTO, Isabella. *A linha do tempo do feminismo no Brasil de 1827 a 2019*. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/a-linha-do-tempo-do-feminismo-no-brasil-de-1827-a-2019/>. Acesso em: 14 out. 2018.

PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008.

PANOFSKY, Erwin; KNEESE, Maria Clara F; GUINSBURG, Jacó. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. *Revista Linhas*, v. 16, n. 32, p. 337–356, 2015 Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984723816322015337>.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 486–522, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.

ROCHA, Fernanda. *A Quarta Onda do Movimento Feminista: o fenômeno do ativismo digital*. 136 p. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018. (Coleção CULT, 29.

SANTOS, Geórgia. *Estrutura de Mobilização Midiática: A cobertura de Veja durante o ciclo de protestos do Impeachment (2014-2016)*. 332 p. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. Vai pra Cuba!!!! A rede antipetista na eleição de 2014. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 5.ed. Cotia, SP: Ateliê, 2018.

SILVA, Adriana Brito Da; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, n. 119, p. 407–445, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300002>.

SOUSA, Rainer. *Salazarismo - Brasil Escola*. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/salazarismo.htm>. Acesso em: 16 outubro 2019.

TAROUCO, Gabriela Da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 93, 2013 Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38573>.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112–135, 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1163/17683084-12341714>.

TRINDADE, Rafael. *Espinosa - Conatus*. In: *Razão Inadequada*. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2013/07/27/espinosa-conatus/>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas Eleitorais*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Eleições 2018*. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/perfil-do-eleitorado-brasileiro-2018>. Acesso em: 2 novembro 2019

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 16 out. 2018.

VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. *Nº de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2019.

XAVIER, Renan Melo. *Ibope: rejeição a Bolsonaro entre as mulheres vai a 54%*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/ibope-rejeicao-a-bolsonaro-entre-as-mulheres-vai-a-54>. Acesso em: 13 outubro 2018.

APÊNDICE A

QUADRO 1 – Conquistas importantes do feminismo no Brasil

Data	Conquista
1827: Meninas são liberadas para frequentar escolas	A primeira conquista das mulheres brasileiras veio com uma lei em 1827, que permitia que meninas finalmente frequentassem colégios e estudassem além da escola primária.
1832: É publicado <i>Direitos das mulheres e injustiças dos homens</i>, de Nísia Floresta	O livro é considerado o fundador do feminismo brasileiro. Na obra, a autora reforça que a mulher é tão capaz quanto o homem de assumir cargos de liderança e qualquer outra função. Nísia Floresta foi a primeira mulher a denunciar o mito de superioridade do homem publicamente, além de caracterizar as mulheres como seres inteligentes e merecedoras de respeito.
1852: Primeiro jornal feminino é criado	Editado por mulheres e direcionado para mulheres, surgiu o <i>Jornal das Senhoras</i> , que afirmava que as pessoas do sexo feminino não deveriam só aprender piano, bordado e costura. Depois disso, outros jornais também apareceram, como o <i>Bello Sexo</i> , em 1862 e <i>O Sexo Feminino</i> , em 1873.
1871: Lei do Ventre Livre é promulgada	Também conhecida como Lei Rio Branco, a Lei do Ventre Livre, assinada pela Princesa Isabel, determinava que os filhos das mulheres escravizadas na época do Império nasciam livres. A abolição da escravidão só aconteceu em 1888, através da Lei Áurea.
1879: Mulheres podem ser aceitas em faculdades	Em 19 de abril, um decreto de lei permitiu que mulheres pudessem cursar o ensino superior, assim como já acontecia com os homens. Apesar de estarem dentro da legalidade, muitas enfrentaram preconceito ao ingressar em universidades.
1885: Chiquinha Gonzaga se torna a primeira maestrina brasileira	Nesse ano, Chiquinha Gonzaga se tornou a primeira maestrina do Brasil. A compositora também era considerada uma mulher muito à frente do seu tempo e costumava desafiar o machismo e os padrões impostos pela sociedade. Na época, Chiquinha chegou a se separar de um marido que tentou fazê-la desistir da música.
1887: Surge a primeira médica brasileira	Rita Lobato Freitas foi a primeira mulher a se formar em medicina no Brasil, pela Faculdade de Medicina da Bahia, além de ser a segunda na América Latina. Mesmo com a lei permitindo o ingresso de mulheres na faculdade, Rita sofreu muito preconceito de pessoas que ainda achavam que estudar era uma rebeldia, “coisa de menino”. Sua tese na conclusão do curso também foi centrada no feminino: a operação cesariana.
1888: É declarado o fim da escravidão	Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel e encerrou o período de escravidão no país, que durou cerca de três séculos. <i>Princesa Isabel: primeira senadora brasileira e a primeira mulher a exercer a chefia de Estado no continente americano.</i>
1910: Nasce Patrícia Galvão, a Pagu	Embora tenha nascido em uma família burguesa, a escritora, jornalista e militante se afastou da sua classe social de origem e se juntou ao movimento comunista. Ela se tornou a primeira presa política da história brasileira e chegou a ir para a prisão mais de 20 vezes. Por quê? Basicamente, ela queria a igualdade entre os sexos.
1910: É criado o Partido Republicano Feminino	O partido reivindicava o direito ao voto e à emancipação feminina. Mais tarde, em 1917, as lideranças desse partido organizaram uma marcha com a presença de noventa mulheres.
1918: Maria Lacerda de Moura publica <i>Em Torno da Educação</i>	O livro também entra na lista de obras importantes que marcam o começo do feminismo brasileiro. Nele, Maria Lacerda defende o processo educacional na libertação feminina e reforça que a instrução é um fator indispensável na transformação da vida das mulheres.

1919: Resolução de salários iguais para homens e mulheres é aprovada	A Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT) até chegou a aprovar uma resolução de salário igual para homens e mulheres que exercem a mesma função lá em 1919, mas a gente bem sabe que, infelizmente, a igualdade ainda não foi alcançada.
1921: Primeiro jogo de futebol entre mulheres	A primeira partida de futebol feminino aconteceu em 1921, entre mulheres dos bairros de Tremembé e Cantareira, na zona norte de São Paulo. O jogo chegou a ser noticiado por jornais impressos da época (dirigidos por homens, não precisamos nem dizer) como uma coisa “curiosa e cômica”. O primeiro time só surgiu em 1958, com o nome de Araguari Atlético Clube, em Minas Gerais.
1923: A enfermagem começa no Brasil	A Escola de Enfermagem Ana Nery foi a primeira escola oficial de enfermagem no país, nomeada em homenagem a Anna Nery, pioneira da enfermagem brasileira. <i>Anna Justina Ferreira Nery: morreu aos 65 anos depois de dedicar sua vida a cuidar das pessoas e lutar pela educação feminina. Uma curiosidade sobre ela é que, em 2009, ela se tornou a primeira mulher a entrar para o Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria.</i>
1928: Primeira prefeita brasileira é eleita	Quando ainda nem existia o voto feminino, Alzira Soriano de Souza abriu espaço para as mulheres na política. Ela foi a primeira mulher a assumir o governo de uma cidade não apenas no Brasil, mas na América Latina inteira.
1932: Maria Lenk se torna a primeira mulher a participar das Olimpíadas	A primeira participação do Brasil nos Jogos Olímpicos aconteceu em 1920, mas apenas 12 anos depois, em 1932, houve uma atleta feminina na equipe: a nadadora Maria Lenk.
1934: Mulheres conquistam o direito de votar	Somente em 1934 o voto feminino passa a ser regulamentado no país, para mulheres de todas as rendas, origens ou estado civil. Dois anos antes, em 1932, solteiras e viúvas com renda própria e mulheres casadas com permissão do marido podiam votar. <i>Bertha Lutz: responsável pela organização do movimento sufragista no Brasil e pelas ações políticas que resultaram no direito de voto feminino. Assumiu uma cadeira na Câmara Federal e lutou por mais igualdade de direitos políticos às mulheres. Miêtta Santiago: foi a primeira mulher a exercer plenamente seus direitos políticos, após perceber que a proibição do voto feminino contrariava um artigo da Constituição.</i>
1936: Primeiro Sindicato das Domésticas é criado	Filha de empregada doméstica, Laudelina Campos de Melo criou a Associação de Trabalhadores Domésticos, primeiro sindicato das domésticas no Brasil, para combater a rotina de racismo, exploração e más condições de trabalho.
1954: Martha Rocha é eleita Miss Brasil	Por que uma competição de beleza que dita padrões merece destaque? Diz a lenda que a Miss Bahia perdeu o Miss Universo para a americana Miriam Steveson por ter muito culote. Depois, descobriu-se que “as duas polegadas a mais de quadril” foram uma invenção da mídia brasileira para acalmar os ânimos da população, que estava revoltada com a derrota. Entretanto, a fake news serviu de estímulo para que brasileiras sentissem orgulho de seus quadris grandes. Afinal, eles eram dignos de ~miss~! É uma faca de dois gumes, definitivamente, mas não podemos negar que Martha Rocha, mesmo que sem querer, empoderou muitas mulheres.
1962: É criado o Estatuto da Mulher Casada	Em 27 de agosto, a Lei nº 4.212/1962 permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas também passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação. No mesmo ano, a pílula anticoncepcional chegou ao Brasil. Apesar de ser um método contraceptivo bastante polêmico, por mexer com hormônios, não dá para negar que o medicamento trouxe autonomia à mulher e iniciou uma discussão importantíssima sobre a liberdade sexual feminina.

<p>1975: Jornal <i>Brasil Mulher</i> é fundado</p>	<p>No dia 9 de outubro, o primeiro exemplar saiu em circulação com um editorial que marcou época e irritou muito homens, principalmente jornalistas e políticos. “O <i>Brasil Mulher</i> não é o Jornal da Mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental”, afrontava a publicação sabiamente. A vida do jornal foi curta, devido a dificuldades financeiras. Foram 20 edições em dois anos. O <i>Brasil Mulher</i>, ainda hoje, é considerado um dos porta-vozes do Movimento Feminista.</p>
<p>1977: Lei do Divórcio é aprovada</p>	<p>No dia 26 de dezembro, a Lei nº 6.515 foi sancionada e iniciou uma discussão sobre a separação. Vale lembrar que mulheres desquitadas eram vistas com maus olhos por muitas pessoas, inclusive por outras mulheres, que preferiam viver casamentos infelizes e abusivos a pedirem o divórcio. Mesmo que a lei tenha mudado, na prática, o julgamento continuou. Até hoje muita gente acha “feio” quando uma mulher se separa, mas não julga os homens divorciados. <i>Rachel de Queiroz: no mesmo ano, a escritora e jornalista foi a 1ª mulher a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.</i></p>
<p>1979: Mulheres são autorizadas a praticar qualquer esporte</p>	<p>Parece estranho pensar que, antes disso, as mulheres não podiam praticar esportes “de menino”. Mas daí a gente lembra que ainda hoje atletas sofrem preconceito em muitas modalidades e tudo faz sentido. Em 1937, o Estado Novo de Getúlio Vargas decretou que mulheres só podiam praticar esportes que condissessem com suas condições físicas. Lutas, futebol, polo, beisebol e halterofilismo estavam expressamente proibidos. Em 1979, quatro mulheres se inscreveram com nomes masculinos no Campeonato Sul Americano de Judô e o Brasil conquistou o título devido justamente aos pontos dessas atletas. Foi aí que o Governo decidiu revogar a Lei.</p>
<p>1980: Forças Armadas passa a aceitar também mulheres</p>	<p>Mais uma profissão que até então era vista como masculina. Dois anos depois, em 1982, a Força Aérea passou a aceitar mulheres e, em 1992, foi a vez do Exército Brasileiro.</p>
<p>1981: Ivone de Lara lança a música <i>Sorriso Negro</i></p>	<p>Conhecida como a A Rainha do Samba, a cantora carioca cantava as dores e as alegrias dos negros, e liderava rodas de samba ainda dominada por homens.</p>
<p>1985: Surge a primeira Delegacia da Mulher</p>	<p>A DEAM (Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher) surge em São Paulo e, logo depois, outras unidades começam a ser implantadas em outros estados. Essas unidades especializadas da Polícia Civil realizam, essencialmente, ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres.</p>
<p>1988: Ocorre o primeiro encontro nacional de mulheres negras</p>	<p>Estima-se que 450 negras se reuniram para promover debates e seminários em vários estados brasileiros, a fim de conscientizar a população e trazer à tona questões do feminismo negro. No mesmo ano, aconteceu a mobilização que ficou conhecida como Lobby do Batom. A questão em pauta era a igualdade formal de direitos entre mulheres e homens na Constituição Federal do Brasil. <i>#NãoTiraOBatomVermelho</i></p>
<p>1996: É reivindicado que mais mulheres participem ativamente da vida política brasileira</p>	<p>Um sistema de cotas foi criado pelo Congresso Nacional, que obrigava os partidos a inscrever pelo menos 20% de mulheres nas chapas eleitorais.</p>

<p>2002: “Falta de virgindade” deixa de ser crime</p>	<p>Louco pensar que foi só nesse ano que o Código Civil retirou o artigo que dizia que um homem podia pedir a anulação do casamento caso descobrisse que a esposa não era virgem. Até então, a virgindade feminina, ou a falta dela, no caso, era tratada como crime e uma justificativa plausível para divórcios. Foi também em 2002 que aconteceu o 1º Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira em Manaus. O principal objetivo da mobilização era discutir os direitos das mulheres indígenas e promover a maior inserção delas na sociedade. O Departamento de Mulheres Indígenas, que defende os direitos e interesse dessa população feminina, foi criado durante o encontro.</p>
<p>2006: É criada a Lei Maria da Penha</p>	<p>Definitivamente, essa é uma das conquistas mais importantes para as mulheres brasileiras. A Lei nº 11.340 foi sancionada para combater a violência contra a mulher. <i>Maria da Penha: a farmacêutica, que dá nome à lei, precisou sofrer duas tentativas de homicídio e lutar durante quase 20 anos para, enfim, conseguir colocar seu marido criminoso na cadeia. Foi em 1983 que ela sofreu o primeiro ataque de Marco, que atirou em Maria. Apenas 23 anos depois uma lei de proteção foi criada.</i></p>
<p>2010: É eleita a primeira mulher Presidente do Brasil</p>	<p>A eleição de Dilma Rousseff, no dia 31 de outubro, e a convocação de nove mulheres para os ministérios do país marcou história na política brasileira.</p>
<p>2011: Marcha das Vadias chega ao Brasil</p>	<p>O movimento feminista conhecido internacionalmente chega ao país e é marcado por manifestações e luta das mulheres por mais direitos, respeito e contra o feminicídio, em São Paulo. Ela foi o estopim para diversos protestos organizados que aconteceriam nos anos seguintes.</p>
<p>2015: É aprovada a Lei do Feminicídio</p>	<p>No dia 9 de março, a Lei nº 13.104 finalmente classifica o feminicídio como crime de homicídio. Vale lembrar que, três anos após a criação da lei, o número de casos de mulheres mortas no Brasil só cresce e as garotas negras ainda são as maiores vítimas. Entretanto, é inegável que a Lei do Feminicídio representa uma grande conquista das mulheres e para as mulheres na busca por direitos.</p>
<p>2018: Pessoas trans podem alterar seus nomes indo apenas ao cartório</p>	<p>No dia 1º de março, o STF (Supremo Tribunal Federal) aprovou que transexuais e transgêneros alterassem o nome biológico e o gênero indo apenas ao cartório, sem precisar mostrar laudos médicos, comprovações de cirurgias ou terapias hormonais.</p>
<p>2019: Primeira jornalista negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional</p>	<p>No dia 16 de fevereiro de 2019, Maria Júlia Coutinho se tornou a primeira mulher negra a integrar o time de apresentadoras do maior jornal da televisão brasileira, fazendo parte do rodízio de jornalistas em finais de semana e feriados.</p>

QUADRO 2 – Conquistas importantes da população LGBT no Brasil, proporcionadas pela luta do feminismo

1830: D. Pedro I assinou o código penal do Império eliminando todas as referências à sodomia
1989: A lei orgânica do Distrito Federal e as constituições dos estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Sergipe explicitamente proibiram discriminação com base na orientação sexual, seguidos por Alagoas e Pará através de emenda constitucional
1995: Marta Suplicy propôs o projeto de lei 1151, relativo à união civil;
1999: O Conselho Federal de Psicologia, por meio de resolução define que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão, sendo que a mesma proibiu os profissionais a oferecer e nem participar de eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade
2000: O INSS já reconhece a união estável entre gays, mas com base em uma liminar da Justiça Federal no Rio Grande do Sul, que corria o risco de cair, o órgão entrou sem sucesso com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a liminar e enviamos o ofício que foi julgada improcedente Agora, é norma
2004: o Rio Grande do Sul determinou aos cartórios de Títulos e Documentos que registrem uniões homoafetivas;
2006: foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06), a primeira lei federal no país a prever expressamente a união homoafetiva (feminina)
2009: o artigo 14, inciso 3 da Constituição do Estado do Ceará foi alterada pela Emenda Constitucional n.º 65, de 16 de setembro de 2009, que proibiu qualquer tipo de discriminação com base na orientação sexual e incluindo como um dos princípios do Estado do Ceará combater qualquer tipo de preconceito (incluindo com base na orientação sexual). Desde 2009 o Estado do Ceará, tornou-se umas das poucas unidades federativas do Brasil a se comprometer em acabar com qualquer forma de preconceito e opressão
2010: o Ministério da Fazenda através de uma portaria, estendeu o direito de declaração conjunta para os casais homoafetivos
2011: o STF equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo à de união estável
2013: O Pará é o primeiro Estado Brasileiro a assegurar no documento os dados civis dessas pessoas. A carteira de nome social, que vem com o número do Registro Geral (RG), é emitida pela Polícia Civil, o documento é válido para tratamento nominal nos órgãos e entidades dos Três Poderes de esfera estadual do Pará.
2013: o CNJ emitiu a Resolução 175 que proibiu que os cartórios recusem a habilitação ao casamento entre pessoas de mesmo sexo
2016: a presidente Dilma Rousseff assinou um decreto que permitiu transexuais e travestis usarem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. Essa medida vale para funcionários e também usuários
2018: O STF confirma que transexual pode alterar registro civil sem cirurgia, o entendimento que autorizou transexuais e transgêneros a alterarem o nome no registro civil sem a necessidade de cirurgia de mudança de sexo. Com a decisão, a alteração poderá ser feita por meio de decisão judicial ou diretamente no cartório.
2019: Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu por unanimidade que agressores de pessoas LGBTI+, em razão da Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Expressão de Gênero, não poderão integrar os quadros da OAB
2019: O STF determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional

QUADRO 3 – Todos os candidatos eleitos para Deputado Estadual no Rio Grande do Sul nas eleições de 2018 por ordem de número de votos

Nome do candidato	Partido	Número de votos
Tenente-coronel Zucco	PSL	166.747 votos
Ruy Irigaray	PSL	102.117 votos
Any Ortiz	PPS	94.904 votos
Edegar Pretto	PT	91.471 votos
Silvana Covatti	PP	75.068 votos
Luciana Genro	PSOL	73.865 votos
Sergio Peres	PRB	72.167 votos
Ernani Polo	PP	67.248 votos
Valdeci Oliveira	PT	57.840 votos
Luís Augusto Lara	PTB	56.396 votos
Elton Weber	PSB	55.645 votos
Gabriel Souza	MDB	52.953 votos
Sérgio Turra	PP	52.668 votos
Eduardo Loureiro	PDT	50.056 votos
Jeferson Fernandes	PT	49.809 votos
Fábio Ostermann	NOVO	48.897 votos
Tiago Simon	MDB	45.792 votos
Adolfo Brito	PP	44.966 votos
Kelly Moraes	PTB	44.755 votos
Edson Brum	MDB	43.836 votos
Juliana Brizola	PDT	43.822 votos
Gaúcho da Geral	PSD	43.012 votos
Juvir Costella	MDB	42.066 votos
Fábio Branco	MDB	41.468 votos
Luiz Fernando Mainardi	PT	41.450 votos
Franciane Bayer	PSB	40.317 votos
Pepe Vargas	PT	38.798 votos
Aloisio Classmann	PTB	37.920 votos
Dirceu do Busato	PTB	37.322 votos
Vilmar Zanchin	MDB	37.161 votos
Gilberto Capoani	MDB	37.058 votos
Zé Nunes	PT	36.982 votos
Elizandro Sabino	PTB	36.033 votos
Professor Issur Koch	PP	35.803 votos
Gerson Burmann	PDT	35.136 votos
Sebastião Melo	MDB	34.881 votos
Frederico Antunes	PP	33.691 votos
Sofia Cavedon	PT	32.969 votos
Pedro Pereira	PSDB	32.290 votos
Fernando Marroni	PT	30.704 votos
Mateus Wesp	PSDB	28.173 votos
Dr. Thiago	DEM	27.907 votos
Neri, o carteiro	Solidariedade	27.808 votos
Paparico Bacchi	PR	27.483 votos
Dalciso Oliveira	PSB	26.765 votos
Rodrigo Maroni	PODE	26.449 votos
Airton Lima	PR	25.679 votos
Viana	PSDB	25.629 votos
Luiz Marengo	PDT	24.607 votos
Zilá Breitenbach	PSDB	24.115 votos
Eric Lins	DEM	23.042 votos
Vilmar Lourenço	PSL	17.828 votos
Capitão Macedo - Professor	PSL	17.592 votos
Giuseppe Riesgo	NOVO	16.224 votos
Fran Somensi	PRB	15.404 votos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br